

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**COM TANTA VIOLÊNCIA EU TENHO MEDO DE VIVER: ANÁLISE DA
(IN)SEGURANÇA PÚBLICA NA BAIXADA FLUMINENSE**

TAÍSSA OLIVEIRA DA SILVA

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**COM TANTA VIOLÊNCIA EU TENHO MEDO DE VIVER: ANÁLISE DA
(IN)SEGURANÇA PÚBLICA NA BAIXADA FLUMINENSE**

Taíssa Oliveira da Silva

Sob a Orientação da Professora
FABIANA SCHMIDT

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço
Social da Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, como parte das
exigências para obtenção do título de
bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ.
Dezembro de 2023

Taíssa Oliveira da Silva

COM TANTA VIOLÊNCIA EU TENHO MEDO DE VIVER: ANÁLISE DA (IN)SEGURANÇA PÚBLICA NA BAIXADA FLUMINENSE

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 04 de Dezembro de 2023.

Profa. Dra. Fabiana Schmidt
UFRRJ

Profa. Dra. Marisol Valencia Orrego
UFRRJ

Prof. Dr. José Cláudio Alves
UFRRJ

Seropédica, RJ.
2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586t SILVA, Taissa Oliveira da, 1998-
Com tanta violência eu tenho medo de viver:
análise da (in)segurança pública na Baixada Fluminense
/ Taissa Oliveira da SILVA. - Seropédica/RJ , 2023.
65 f.

Orientadora: Fabiana Schmidt. Trabalho de
conclusão de curso(Graduação). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social, 2023.

1. Baixada Fluminense. 2. Violência. 3. Segurança
Pública. 4. Milícias. 5. Tráfico de Drogas . I.
Schmidt, Fabiana , 1974-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Serviço Social III.
Título.

Dedico este trabalho aos meus pais
Sidnéia do Carmo e Maciel Ilerio, por todo
o apoio e incentivo. A minha avó Maria do
Carmo (In Memoriam).

Agradecimentos

Em primeiro lugar queria agradecer a Deus pelo sustento até aqui. Pela oportunidade de estudar em uma universidade federal. Se não fosse por ele, com o seu infinito amor, não sei se conseguiria terminar esta graduação. Grata pelo fortalecimento me dado nesses últimos anos. Em todos os momentos lhe senti presente comigo.

Agradeço também aos meus pais, Sidnéia do Carmo Oliveira, e Maciel Ilerio da Silva. Sem eles, terminar esta graduação, não seria possível. Para além de custear o meu sonho, foram o meu sustento até aqui. Sou grata a Deus por ter pais que sonham os sonhos de seus filhos. Obrigada pelo incentivo, apoio, amor e cuidado, por me permitirem terminar esta graduação. Muito obrigada a vocês, nenhuma palavra, frase ou texto será o suficiente.

Agradeço também a minha tia Cleide Oliveira, por ter cuidado de mim como filha. Seus cuidados tem relação com a mulher que sou. A minha avó paterna Josefa Maria, por estar presente em minha vida, pelos carinhos, e pela companhia, serei sempre grata por ser sua neta. Agradeço também a minha avó materna, Maria do Carmo, que mesmo não estando mais presente em vida, sempre se faz presente em minha memória.

Agradeço também aos meus amados irmãos, Tiago Oliveira, e Cleiton Oliveira. Vocês são os meus amores, e sempre serei grata por tê-los em minha vida. A minha amiga e cunhada, Paloma Melo, por todo o cuidado, incentivo e amor nesses quatros anos. Você é muito importante para mim. A minha amada sobrinha Isabella Melo, seus sorrisos contagiaram os meus dias, obrigada por iluminar e me alegrar todos os dias.

Quero agradecer também aos meus amigos Leidjane, Carla, e Fernanda. Vocês têm uma importância enorme em minha vida, e o incentivo de vocês foi de extrema importância. Ao meu primo Renato Júnio, a vida foi boa em me presentear você, obrigada pelos conselhos, por toda a escuta durante esses dias de escrita, pelo cuidado, carinho e incentivo. Em especial, queria agradecer minha amiga Brenda Silva. Para além dos incentivos e apoio durante a graduação, é uma grande amiga

que esteve presente em todos os momentos de minha vida. Serei sempre grata a Deus por ter você.

Aos amigos que fiz durante a Graduação, Emanuelle Resende, Lorraine Andrade, Joyce Nobre. Obrigada por compartilhar choros, e alegrias, surtos, medos, e inseguranças. Vocês fizeram com que esses anos fossem mais fáceis de suportar. Em especial, Lorena França e Cinthia Riça, vocês são o presente que a Rural me deu. Obrigada pelas risadas, conversas, apoio, incentivo, e pelas cervejas. Por dividir comigo a loucura e a alegria que é uma graduação. Toda vez que lembrar desse período vocês estarão nas minhas melhores lembranças; tornaram essa jornada leve e especial. Serei sempre grata a Deus por ter vocês, e pelo privilégio de caminhar ao lado das duas.

Agradeço também a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Me sinto privilegiada por ter a honra de estudar na UFRRJ, que para além de um campus lindo, que me presenteou com as melhores paisagens, também foi um lugar que me formou enquanto pessoa.

Agradeço ao corpo docente do curso de graduação de Serviço Social. Pelos ensinamentos passados, pelo compromisso em formar bons profissionais, com olhares críticos para a sociedade. Vocês enriqueceram a minha jornada, e sou grata por ter aprendido tanto ao lado de vocês.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Fabiana Schmidt. Não só por aceitar o convite para a orientação, mas também por todo o cuidado e carinho durante todo o processo. Seus incentivos, e suas palavras me tranquilizaram para fazer um bom trabalho. Obrigada por acreditar em mim enquanto pesquisadora, e no trabalho que estava fazendo. Serei sempre grata,

A banca examinadora, composta pelos professores José Cláudio Alves, Marisol Valencia e Fabiana Schmidt, pelo tempo dedicado e disponibilizado a este trabalho. Obrigada por aceitarem participar dessa etapa da minha graduação.

E por fim, queria agradecer a mim. Por não desistir no meio do processo, mesmo quando se apresentou situações que me fizeram pensar em desistir. Por continuar acreditando na educação como ferramenta de transformação social. Eu sou a primeira em minha família a me formar em uma graduação. A primeira em uma universidade pública. E isto pra mim é motivo de orgulho.

Há uma canção do rapper Bk que diz “Eu sou a continuação de um sonho. Da minha mãe, do meu pai. De todos que vieram antes de mim. Eu sou a continuação de um sonho. Da minha vó, do meu vô. Quem sangrou pra gente poder sorrir”. E isto resume o que sinto ao terminar esta etapa da graduação. Estou dando continuidade ao sonho, que não começou por mim, e não terminará em mim.

Minha cara autoridade, eu já não sei o que fazer
Com tanta violência eu sinto medo de viver
Pois moro na favela e sou muito desrespeitado
A tristeza e a alegria aqui caminham lado a lado
Eu faço uma oração para uma santa protetora
Mas sou interrompido a tiros de metralhadora
Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela
O pobre é humilhado, esculachado na favela
Já não aguento mais essa onda de violência
Só peço à autoridade um pouco mais de competência

Rap da Felicidade- Cidinho & Doca

RESUMO

O presente trabalho busca analisar como a violência está presente na sociedade brasileira desde os tempos da colonização, e como esta violência moldou a sociedade para lidar e controlar a sociedade e a criminalidade, e atender as demandas da classe dominante. Além disso, foi buscado entender como a violência esteve presente no território baixadiano, e como isso moldou o “fazer” política da localidade, e como isso rebate nos moradores deste lugar. Para isso foi feito um resgate histórico da sociedade brasileira desde os tempos da colonização, com a vinda dos europeus para o território, e como foi utilizado da violência e da mão-de-obra escrava para a produção capitalista. Para além disso, foi analisada a história da baixada desde a sua formação, até a sua concepção de política, e como a violência esteve presente na sua formação. Em seguida, procura-se entender os determinantes sociais, culturais, históricos e econômicos para entender se isso são as coisas para o aumento da violência na localidade. Após entender sobre a história da baixada, se procurou entender em que lugar este território está em relação à política de segurança pública do Rio de Janeiro, entendendo que estas políticas rebatem na violência presente no território, como o programa de Unidade de Polícia Pacificadora. E por fim, buscamos compreender como a Baixada Fluminense está em uma disputa de três “poderes”, entre o tráfico de drogas, milícias e Estado, e a maneira como os residentes sofrem com essas disputas.

Palavras-chave: Baixada Fluminense, Segurança Pública, Violência, Milícias, Tráfico de drogas.

ABSTRACT

This work seeks to analyze how violence has been present in Brazilian society since the times of colonization, and how this violence shaped society to deal with and control society and crime, and meet the demands of the ruling class. Furthermore, we sought to understand how violence was present in the Baixada territory, and how this shaped the “doing” of politics in the locality, and how this affects the residents of this place. To this end, a historical review of Brazilian society was made since the times of colonization, with the arrival of Europeans to the territory, and how violence and slave labor were used for capitalist production. Furthermore, the history of the Baixada was analyzed from its formation, to its political conception, and how violence was present in its formation. Next, we seek to understand the social, cultural, historical and economic determinants to understand whether these are the factors behind the increase in violence in the locality. After understanding the history of the Baixada, we sought to understand where this territory is in relation to Rio de Janeiro's public security policy, understanding that these policies reflect on the violence present in the territory, such as the Pacifying Police Unit program. And finally, we seek to understand how Baixada Fluminense is in a dispute between three “powers”, between drug trafficking, militias and the State, and the way in which residents suffer from these disputes.

Keywords: Baixada Fluminense, Public security, Violence, Militias, Drug trafficking.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS - Organização Mundial da Saúde

RMRJ - Região Metropolitana do Rio de Janeiro

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

PIB - Produto Interno Bruto

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PSP - Política de Segurança Pública

PNSP - Plano Nacional de Segurança Pública

SUSP - Sistema Único de Segurança Pública

Pronasci - Programa Nacional de Segurança com Cidadania

UPP- Unidade de Polícia Pacificadora

GENI/UFF - Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense

CV- Comando Vermelho

TC - Terceiro Comando

CVJ - Comando Vermelho Jovem

ADA - Amigos do Amigos

TCP - Terceiro Comando Puro

ISP - Instituto de Segurança Pública

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Morte por intervenção de agente do estado.....51

Gráfico 2: Perfil de raça dos vitimados por intervenção de agentes do estado.....52

SUMÁRIO

Introdução.....	14
Capítulo 1.....	17
1. Formação sócio-histórica brasileira: Uma história de luta e de violência.....	17
1.1 Brasil: Formação sócio-histórica e violenta.....	17
1.2 Violência: Uma estratégia de controle social.....	21
Capítulo 2.....	29
2. Baixada Fluminense: territorialidade e formação-histórica.....	29
2.1 História da Baixada Fluminense e territorialidade.....	29
2.2 Baixada Fluminense: desigualdades sociais e a expressão da violência.....	35
Capítulo 3.....	39
3. Segurança Pública: a especificidade do Rio de Janeiro e os rebatimentos na Baixada Fluminense.....	39
3.1 Constituição da Política de Segurança Pública no Brasil.....	39
3.1.2 Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro: Rebatimentos na Baixada Fluminense.....	43
3.2 Uma disputa de três “poderes”: Estado, Milícia e Tráfico de Drogas e os impactos para a população residente.....	48
Considerações Finais.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59

Introdução

Com tanta violência eu tenho medo de viver¹: Análise da (in)segurança pública na Baixada Fluminense, surge a partir do interesse em compreender de que maneira a Baixada Fluminense sofre com os diferentes tipos de violência, entendendo que estas violências vêm de diversos atores, colocando, portanto, a população dessa localidade no meio dos conflitos presentes.

A pesquisa vai ter como motivação dois pontos: O primeiro foi por conta da disciplina “Ciências Sociais: Origens e atualidades”, onde como trabalho final a docente pediu para que fizéssemos um trabalho a acerca da nossa comunidade, onde resolvi fazer uma pesquisa de campo com formulário online perguntando para os moradores as suas percepções acerca do aumento da violência e do tráfico de drogas que ocorria no bairro em que morava, na Chatuba, em mesquita. Um município da Baixada Fluminense. E a partir disso surgiu o interesse de pesquisar e entender como ocorre a efetivação da segurança pública nos municípios pertencentes à Baixada Fluminense, ou se a omissão do Estado abre espaço para mais violências.

Além disso, há a motivação pessoal em analisar e pesquisar os dados e pesquisas acerca do lugar que venho, compreendendo a importância em ter pesquisas sobre esta localidade, e entendendo que é importante entender as determinações sociais presentes neste território que justifiquem ou expliquem porque a violência se faz tão presente nestas localidades.

Ademais, a experiência em estudar em uma universidade federal, com acesso a uma leitura crítica acerca da sociedade, com discussões fundamentais para entender o contexto histórico, as questões raciais, junto com a vivência em morar em uma comunidade periférica da Baixada Fluminense, estando em contato diariamente com a violência presente despertou em mim a vontade de aprofundar a pesquisa feita inicialmente no primeiro período do curso. Além disso, a UFRRJ me forneceu os suportes teóricos necessários para que eu pudesse enxergar com criticidade os debates levantados durante a pesquisa.

A Baixada Fluminense está situada na região metropolitana, ao norte da cidade do Rio de Janeiro, sendo composta por oito municípios, com muitas potencialidades,

¹ O início do título desse trabalho faz parte de uma canção chamada “rap da felicidade”. Um funk carioca de Cidinho & Doca, que foi lançado em 1994, com a produção do DJ Marlboro.

mas com pouco investimento por parte do Estado. Se observa um aumento gradativo nos números da violência, do tráfico de drogas, e da milícia nestas localidades, onde há uma forte disputa de poderes para dominar o território. Para além disso, a Baixada ainda é um território onde a política assistencialista, clientelista e colonialista é muito presente.

Com isso, o presente estudo tem por objetivo geral analisar como se implementou a Política de Segurança Pública nos municípios da Baixada Fluminense, e sua relação com os determinantes sociais, econômicos e territoriais, e de que maneira os residentes desta localidade são afetados com as disputas territoriais.

Como objetivos específicos pretende-se: analisar de que maneira a violência está atrelada a história da formação social e política brasileira; refletir a respeito da Segurança Pública no Brasil e na especificidade do Estado do Rio de Janeiro; compreender como se dá a situação socioeconômica dos municípios da Baixada Fluminense; e como isso pode vir, ou não, a refletir na violência presente neste território; analisar quais as disputas presentes na Baixada Fluminense entre o tráfico, milícia e o papel do Estado, e por fim, contribuir com o Serviço Social na ampliação do conhecimento deste território.

Para tanto, desenvolvemos na pesquisa o debate de que a violência perpassa toda a história brasileira, desde a colonização. Com os 400 anos de escravidão que passou o Brasil, além de perceber que em diferentes períodos da história brasileira a violência é utilizada como controle social e da criminalidade por parte do Estado.

Além disso, procuramos compreender a história da Baixada Fluminense, compreendendo sua formação sócio-histórica, os conceitos sociais e geográficos que permeiam este território. Entendendo portanto de como é vista para o Estado e para o Capital, assim como seu histórico político e de violência. Além de compreender o perfil do território, com base no Censo de 2010, do IBGE, para compreender se a posição do IDH desses municípios tem relação com os dados a respeito da violência.

Por fim, analisamos a trajetória da política de segurança pública no Brasil, e a especificidade do Rio de Janeiro. Para isso, foi feita a análise se a política de segurança pública seguia o que é defendido na Constituição Federal de 1988. Para isso foi analisada a trajetória das políticas no Rio de Janeiro, e como estas políticas podem influenciar na violência da Baixada Fluminense. Ainda, foi feita a análise das

disputas que ocorrem no território, entre Estado, tráfico de drogas e milícias, compreendendo que estas disputas interferem na vida cotidiana dos moradores.

Para isso utilizamos a metodologia de Pesquisa Bibliográfica, através de teses, dissertações, artigos, livros, que conversem a respeito do tema. E da pesquisa qualitativa, assim como dados secundários, pois analisamos dados presentes no IBGE, dos dados do Instituto Segurança Pública (ISP), dos dados do Fogo Cruzado, assim como dos estudos produzidos pelo Fórum Grita Baixada.

Para além disso, entendendo esta pesquisa como uma contribuição para o Serviço Social, uma vez que assistentes sociais vão trabalhar nesse território, e se faz necessário entender as dinâmicas territoriais, de que modo a população é afetada com a (in)segurança pública existente na Baixada Fluminense. Sendo também relevante para a sociedade, principalmente para os residentes da Baixada Fluminense, pois é necessário levantar o debate de que modo é feita a segurança pública na Baixada, e como a violência afeta a vida cotidiana

Com isso, se faz necessário salientar que esta temática se desdobra em inúmeras possibilidades de pesquisa, porém não caberá neste trabalho o esgotamento dos argumentos que poderiam ser utilizados para compreensão da violência e segurança pública na Baixada Fluminense. Contudo, procurei contribuir para a disseminação desta temática, compreendendo a importância do debate acerca desse assunto.

Capítulo 1

1. Formação sócio-histórica brasileira: Uma história de luta e de violência

Neste capítulo discorreremos a respeito da trajetória de violência presente na história da sociedade brasileira. Compreendendo que a violência faz parte das bases de nossa sociedade, a partir da invasão dos portugueses. Além disso, abordaremos a respeito da violência como ferramenta de controle social.

1.1 Brasil: Formação sócio-histórica e violenta

Para pensarmos os dias atuais, e os desafios presentes em nossa sociedade, é de extrema relevância compreender a formação sócio-histórica brasileira, para que desse modo possamos compreender como a violência se faz tão presente em nossa sociedade. Em vista disso, analisaremos o período colonial brasileiro, para que possamos compreender como a violência é base da nossa sociedade.

Durante a invasão portuguesa nas terras brasileiras, os colonizadores se depararam com os povos originários e com uma formação social, hábitos e vivências históricas distintas dos europeus. Os portugueses faziam parte de uma sociedade e produção feudal, enquanto os povos que já habitavam as terras eram constituídos por uma sociedade tribal e comunista primitiva (Gorender, 2016, p.87), e apesar de Portugal ter conquistado as terras, o seu modo de produção feudal não se estabeleceu no Brasil, pois não foi aceito pelos indígenas, e o modo já pré existentes dos indígenas não foi recebido pelos portugueses. E através do impasse posto, surge um novo modo de produção: o escravismo colonial (Gorender 2016. p. 88)

O escravismo colonial foi um novo modo de produção encontrado pelos portugueses. Para Gorender (2016) esse novo modo de produção não pode ser visto como uma junção dos modos de produção preexistentes em Portugal e no Brasil, na verdade ao mesmo tempo que se iniciou a colonização no Brasil, para o autor, houve também um emprego de escravos na economia, ou seja, o escravismo colonial nada mais era do que a inserção de mão de obra escrava na economia.

É necessário salientar, que, apesar de um novo modo de produção estabelecido, os povos que já habitavam no território não receberam as mudanças de

modo pacífico. Por isso podemos compreender a invasão dos portugueses como violenta, porque os indígenas não aceitaram o feudalismo imposto pelos europeus. Para Corato (2020) o escravismo colonial vai surgir para atender os interesses lucrativos de Portugal, o modo de produção escravista foi o meio que o país europeu encontrou para produzir mercadorias para exportação, mas que não tinham a intenção de gerar riquezas para as colônias. E esse novo modo de produção estava ancorado na extração de riquezas naturais, e logo após, produção agrícola monocultora para exportação.

Moura (1992) diz que por conta da consolidação da economia colonial há uma intensificação no sequestro do povo africano, para ser utilizado como mercadoria, mais que isso, os seus corpos foram transformados em propriedade privada, e poderiam ser comprados e vendidos como objetos (Corato, 2020). Desse modo, os negros e negras tinham os seus corpos vistos e tratados como animais. Moura afirma que:

Não tinha nenhum direito, e pelas Ordenações do Reino podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir. Era uma propriedade privada, propriedade como qualquer outro semente, como o porco ou o cavalo (Moura, 1992, p.16)

Por conseguinte, a humanidade desta população foi apagada, pois passaram a ser vistos como mercadoria, fazendo parte da produção mercantilista, não como venda da sua força de trabalho, mas com a força de trabalho escravizada. E que não havia formas jurídicas que protegessem esta população, ao contrário, houve uma legalização das práticas de maus-tratos a esta população. Wermuth; Marcht; Mello. (2020) dizem que a trajetória dos negros nas terras brasileiras desde o seu início foi forjado pela violência física e psicológica, e mais que isso, houve uma desvalorização do ser enquanto humano.

Além disso, esses corpos foram explorados, não tendo assim direito à participação nas riquezas. Para os senhores de escravos era necessário manter e sequestrar os africanos de suas terras, pois não havia a necessidade de pagar pela mão de obra, já que era escravizada, e assim os senhores, donos das terras, detiam o lucro da exportação e comercialização do que foi produzido. E segundo Moura (1992) a população negra participava de toda a divisão de trabalho na época colonial,

fazendo desse modo com que a economia girasse pelas mãos dos negros escravizados.

De acordo com Corato (2020), as colônias contribuíram fortemente para a acumulação primitiva de capitais, que em primeiro momento fazia girar a economia do capital mercantil mundializado, o que nos leva a pensar que a mão de obra escravizada contribuiu para essa acumulação, já que não era repassado para os(as) negros(as) escravizados(as) pagamento para o trabalho realizado, fazendo com que os senhores ficassem com todo o lucro. A autora supracitada ainda entende a importância de estudar a formação sócio-histórica desde a época do escravismo colonial pois leva a reflexão da realidade apontada, que

as relações sociais aqui constituídas, o lugar que o país ocupou na divisão internacional do trabalho, a composição e as lutas de classes sociais e as decisões política até o momento de sua decomposição, o que, como consequência à direção do desenvolvimento histórico-social, implicou a constituição do capitalismo (Corato, 2020, p.44)

A mão de obra escravizada foi importante para a constituição e acumulação do capital, e para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e apesar disso, de serem os responsáveis pela economia naquela sociedade, eles não participaram na divisão das riquezas.

E para além de terem sua força de trabalho explorada, sendo uma das formas de violação dos seus corpos, essa exploração era feita de maneira violenta. Pois o escravismo não foi aceito pelos escravizados de maneira pacífica, Corato (2020) diz que “a violência foi a principal mediação entre a casa-grande e a senzala.” e além disso, os escravizados lutaram para a sua liberdade, não aceitando a relação social imposta. A autora salienta que:

Se, por um lado, aos proprietários interessava o trabalho intensivo, por outro, a recusa deste foi a forma que as/os escravizadas/os encontraram para reagir. Aqui, são os variados os modos de resistências, que perpassa a transgressão individual da/o escravizada/o, o homicídio dos senhores, as guerras nas estradas, os furtos, os roubos, as rebeliões urbanas e as fugas individuais, chegando mesmo à composição dos quilombos (Corato, 2020, p.46)

Logo, conseguimos compreender que havia o interesse por parte dos escravizados a sua libertação, e isso fazia com que os senhores, donos das terras,

utilizassem da violência para conter as rebeliões formadas. A autora, referida acima, vai dizer que “A luta pela liberdade dos despossuídos gerava medo das elites, motivo pelo qual a violência se estabeleceu como forma de controle social” (p.45), então a violência sempre esteve presente para controlar as resistências dos dominados.

Além dos embates entre os povos escravizados e os senhores donos de engenhos pela liberdade dos negros escravizados, havia também uma pressão externa, principalmente por parte dos ingleses, para que dessem fim no modo de produção escravista no Brasil colônia (Corato, 2020, p.45). Por isso é necessário levar em consideração os determinantes envolvidos da abolição, para que desse modo se possa entender que a abolição tinha interesse externo, e não foi tomada tal decisão porque os que estavam à frente do poder na época se sensibilizaram com a luta dos povos escravizados.

Isso fica evidente quando percebemos que após a abolição da escravatura, os/as negros/as não tiveram qualquer assistência por parte do Estado, para que dessa maneira fossem inseridos na sociedade. Além disso, há marcas da escravidão até a atualidade, seja através do racismo presente na sociedade brasileira, seja a violência tão presente na realidade daqueles que estão à margem, como uma forma de ainda ser utilizada como controle social das massas. Schmidt vai dizer que:

É importante identificarmos que as particularidades histórico culturais brasileiras caracterizam-se pelas raízes escravocratas, que se manifestam até os dias atuais pela expressão intensa do racismo, da violência e de culto do ódio aos pobres. Perpetua-se, então, por grande parte da sociedade, a reivindicação ordem e pela punição – o que podemos considerar como uma expressão intensa da segregação em nossa sociedade, ou um “apartheid” racial e social contemporâneo ao “modus operandi” brasileiro. (Schmidt, 2017, p.52)

As consequências do escravismo e colonialismo, é que hoje, o Brasil é um país desigual economicamente. Em uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)², no ano de 2021 cerca de 37,7% de pardos e pretos se encontravam na linha da pobreza no Brasil, o que é quase o dobro de brancos na faixa da pobreza (18,6%). Para Corato (2020), os negros ocuparem a posição de mais

2

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>

Consultado em: 15 ago. 2023

pobres no Brasil é consequência da exclusão da população negra da participação da riqueza socialmente produzida no período colonial, pois tiveram sua mão de obra escravizada, e não remunerada. E após a abolição não houve uma reparação dos tempos cruéis que passaram durante o período escravocrata.

Schmidt (2017) diz que a abolição da escravatura não representou um processo de “verdadeira conquista de liberdade”, pois a população negra ex-escravizada saiu sem as garantias de reparação material. Wermuth; Marcht; Mello (2020) vão dizer que apesar de livres, os escravos não tiveram assistência por parte do Estado e isso foi o ponto decisório que fez com que os negros ficassem uma posição de patamares subalternos e marginalizados. Consequentemente, contribui para que, juntamente com o fato de a população negra ter sido explorada, sem ser recompensada, hoje os descendentes dos ex-escravizados estejam na margem empobrecida da população.

1.2 Violência: Uma estratégia de controle social

Como foi visto, a violência faz parte das bases da sociedade brasileira. Se faz necessário, portanto, compreender o conceito de violência e que tipo de violência que estamos falando, entendendo que há inúmeros entendimentos, interpretações e debates acerca desse tema. A Organização Mundial da Saúde (OMS) vai definir violência como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (OMS, 2002, P.05)

Minayo e Souza (1998), vão dizer que ao fazer qualquer reflexão teórica-metodológica a respeito do tema violência é necessário levar em conta a complexidade, polissemia e controvérsia que é o objeto. Dessa maneira, as autoras vão dizer que para elas violência se trata de:

dizemos que a violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual. Na verdade, só se pode falar de violências, pois se trata de uma realidade plural, diferenciada, cujas especificidades necessitam ser conhecidas. (1998, p.514)

Além disso, não se pode considerar a violência sem entender que a mesma tem relação com os marcos de relações sócio-econômicas, políticas e culturais (Minayo; Souza, 1998). Ademais, as autoras ainda ressaltam que a violência social vai surgir entre as contradições dos que querem manter o seu lugar de privilégio e o que se rebela contra as opressões impostas.

Assim, entendemos a violência como parte intrínseca da sociedade, como uma das expressões da questão social, que é advinda do capitalismo. E podemos compreender a violência como um produto do capitalismo se pensarmos historicamente e compreendermos que a escravatura era o meio utilizado pelo capitalismo na época para gerar lucros. Minayo (2006) vai dizer que:

Se existe esta permanência cultural tão forte no sentido dado à violência social pelo povo, no inconsciente popular se localiza também a certeza de que a violência é parte intrínseca da vida social e resultante das relações, da comunicação e dos conflitos de poder. Nunca existiu uma sociedade sem violência, mas sempre existiram sociedades mais violentas que outras, cada uma com sua história. (p.15)

Além disso, como já foi dito, a violência faz parte das bases da sociedade brasileira. Minayo (2006) vai dizer que o Brasil, apesar do mito no imaginário social que é um país pacífico, na realidade teve uma história de violência articulada à sua forma de colonização e ao seu desenvolvimento. E a partir disso, se faz necessário uma breve retomada histórica para entender a instituição da violência na sociedade, para isso utilizaremos de três momentos da história do Brasil. O primeiro a respeito da colonização, o segundo, o pós-abolição e por último o período de regime militar.

Houve uma grande resistência por parte dos povos escravizados, e uma luta por sua liberdade, e isso fazia com que houvesse por parte dos donos das terras a utilização de instrumentos para que contivesse a rebeldia dos escravizados, e esse instrumento era a violência. Moura vai dizer que:

Os dois instrumentos de suplício mais usados eram o tronco e o pelourinho, onde eram aplicadas as penas de açoite. O primeiro poderemos colocar como símbolo da Justiça privada, e o segundo como símbolo de Justiça pública. Mas, de qualquer forma, a disciplina de trabalho imposta ao escravo baseava-se na violência contra a sua pessoa. Ao escravo fugido encontrado em quilombo mandava-se ferrar com um F na testa e em caso de reincidência cortavam-lhe uma orelha. O justicamento do escravo era na maioria das vezes feito na própria fazenda pelo seu senhor, havendo casos de negros enterrados vivos, jogados em caldeirões de água ou azeite fervendo, castrados, deformados, além dos castigos corriqueiros, como os aplicados com a palmatória, o açoite, o vira-mundo, os anjinhos (também aplicados pelo capitão-do-mato quando o escravo capturado negava-se a informar o nome

do seu dino) e muitas outras formas de se coagir o negligente ou rebelde. (Moura, 1992, p.18)

E a violência era utilizada para amedrontar os escravizados, sendo utilizada como ferramenta de controle social dos povos. Dessa maneira, conseguimos compreender que a violência é utilizada como forma de controle desde a época da escravidão, e com o passar dos anos ela passa a ser reinventada para continuar sendo um método por parte dos dominadores para conter as reivindicações das populações. Além de alguma forma ser resposta para as expressões da questão social vigente.

O pós-abolição não apresentou soluções para os problemas enfrentados, os negros recém libertos, como já dito, não tiveram nenhum tipo de reparação, ou participação na riqueza produzida, e desse modo o que os restaram foram, ou permanecer nas casas de seus senhores, ou adentrar as novas profissões que a industrialização proporcionava na época, ou seja, se tornarem operários (Carvalho, 2006). É preciso salientar que a abolição foi feita de maneira incompleta, pensando que os negros recém libertos não tiveram de fato direito a sua cidadania e acesso a direitos.

A áspera entrada do negro pela conquista da cidadania começava. Julgando-se cidadão, pensando poder invocar os seus direitos, o egresso das senzalas teve uma grande decepção. A sua cidadania nada mais era do que um símbolo habilmente elaborado pelas classes dominantes para que os mecanismos repressivos tivessem possibilidades de elaborar uma estratégia capaz de colocá-lo emparedado num imobilismo social que dura até os nossos dias. (Moura, 1992, p.64)

Além disso, hoje ainda vivemos com a marca da escravidão em nossa sociedade ao pensarmos na maneira que o racismo nos atravessa. Almeida (2019) vai dizer que o racismo é a decorrência da própria estrutura social, e desse modo, da mesma maneira que se constituem as relações políticas, econômicas e etc., o racismo não vai ser um desarranjo institucional ou uma patologia social, o racismo vai ser estrutural. Almeida (2019) ainda irá salientar que “o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática”. Por mais que exista hoje, no imaginário brasileiro, o mito da democracia racial no Brasil, se pode

perceber que esta não é a realidade. Negros e negras ainda sofrem no Brasil as consequências advindas do período escravocrata.

O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. (Munanga, 1999, p.80)

Não foi pensado em soluções e ou políticas para a garantia de direitos dessa população “liberta”, pelo contrário, o Brasil passa a incentivar por meio de políticas, a vinda de imigrantes para o país para o trabalho, com o intuito de embranquecer a sociedade brasileira. Schmidt (2017) vai dizer que foi defendido por parte das classes dominantes e conservadoras a valorização da mão de obra imigrante, para substituir a força de trabalho da população recém liberta (p.53). A partir disso, muitos negros(as) recém libertos ficaram no “ócio”, e passaram a ser vistos como não dados ao trabalho, e é nesse contexto que nasce a “lei da vadiagem”³.

Os negros recém libertos, que não conseguiram se enquadrar na nova ordem societária e o modo de reprodução do trabalho, tiveram que reinventar maneiras de sobreviver, via subempregos que não foi reconhecido pelo aparato público, que oscilavam entre a ilegalidade e a legalidade. Como os marginalizados não aderiram o novo modelo ideal de trabalho, que seria o assalariamento, passaram a ser criminalizados (Carvalho, 2006).

Esta criminalização acabou se dando de forma desenfreada e arbitrária, sendo utilizada para o controle social dessa população. É necessário, então, analisar quem era enquadrado na lei da vadiagem, pois isto nos leva a perceber que sempre houve um “alvo” para a repressão e violência vindos como “herança” da escravidão que refletem, também nos dias de hoje, se analisarmos quem ainda é alvo da violência por parte do Estado no Brasil, pois tem cor e classe.

Cabe então, compreender a concepção de Estado, especificamente na relação com o capitalismo, para também compreender sua função na particularidade brasileira e especificamente na Baixada Fluminense. Conforme Mandel (1982) o

³ No Código Penal de 1889, houve a criminalização da capoeira do vadio. Em seu Capítulo XIII, no Artº 399 dizia que aquele que não exercia profissão, ofício, ou meio de ganhar a vida, ou fazer isso de maneira ilícita era visto como vadio e teria pena de prisão de 15 a 30 dias.

Estado é o mediador/financiador dos interesses de classes. Schmidt (2017) vai dizer que o Estado é o mediador das relações sociais e vai participar de maneira efetiva no processo de acumulação capitalista. Ou seja, o Estado precisa atender as demandas das classes dominantes, bem como,

(...) criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante; reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações das classes dominantes ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário; integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é “dos males, o menor”) (Mandel, 1982, p. 333 apud Schmidt, 2017, p.56).

Wermuth; Marcht; Mello (2020) vão dizer que a escravidão nos moldou enquanto sociedade, pois para além de um sistema econômico ela também foi responsável por moldar condutas, arquitetar os espaços na noção de exclusão/diferença e, além disso, definir as desigualdades sociais.

O combate à vadiagem vinha de dois vieses: o primeiro era fazer com que os “vadios” passassem a exercer gosto pela sua função social: o trabalho, e o segundo seria para proteger a propriedade privada, e defender os interesses dos donos do meio de produção (Carvalho, 2006). Mas como foi dito anteriormente, o Estado não forneceu meios para a integração dos recém libertos na sociedade, assim como também não elaborou nenhum projeto para integrar os vadios na sociedade, se utilizando da força e da repressão para combater a pobreza e a desigualdade vigente (Carvalho, 2006). Fortis e Guerra vão dizer que:

Portanto, a riqueza socialmente produzida não redundava em reciprocidade no enriquecimento dos homens- a produção de valores materiais ou espirituais essencialmente humanos-, mas, em vez disso, em linguagem metafórica, significa que “tudo deve ser transformado em ouro”. Esse é um processo que gera inúmeros fenômenos sociais, entre os quais destacam-se a desumanização, a alienação e a desigualdade social, frutos de ações possíveis em uma formação social que, em detrimento das reais necessidades sociais, assegura, fundamentalmente, os interesses de poucos, o que, em consequência, pode suscitar movimentos de resistência daqueles que se incomodam e/ou não se adaptam e/ou até mesmo se opõem a essa ordem de coisas. (Fortis e Guerra, 2015, p.19)

Com isso, podemos compreender como a força, violência e a repressão, ao longo dos anos, foram utilizados como ferramenta de controle social de um segmento da população, para a manutenção do capitalismo, e na defesa dos interesses da classe dominante, para controlar a rebeldia dos que não aceitavam, ou não se adequaram à ordem social vigente. E esta ferramenta de controle, pelo braço do Estado, passa por modificações ao longo dos anos. Durante a escravidão a violência era utilizada para controlar a rebeldia dos escravizados que queriam a liberdade, no pós-abolição a violência foi utilizada para combater os “vadios” que não se adequaram a ordem social posta e ao novo modo de produção, que era venda da força de trabalho. Ao longo dos anos, a força e a violência, permanecem, mas sofrem alterações e modificações. Com novos aparatos violentos, podemos perceber isto ao pensarmos no período da Ditadura militar, onde a violência como instrumento de controle social passa a ser usada como controle político.

Durante os anos 1964 a 1985 o Brasil passou por um regime autoritário após um golpe militar pelas forças armadas, onde o presidente tinha uma grande soma de poderes, e este período tem como características supressão de direitos constitucionais, censura e pressão contra qualquer manifestação contrária ao regime posto (Freire, 2009).

Neto (1999) vai dizer que durante esse regime autoritário o governo federal promoveu, ou tolerou a violência policial como ferramenta de controle político. É necessário levar em conta que neste período estava vigente a perspectiva de Segurança Nacional⁴, que estava fundada na lógica de supremacia inquestionável do interesse nacional, e dessa maneira a violência de maneira excessiva era justificada, pois se entendia que era o necessário para preservar a ordem (Freire, 2009). Dessa maneira, neste período da história brasileira, a violência, por parte dos policiais, era utilizada como ferramenta de controle, dessa vez um controle político, pois não poderia haver questionamentos às decisões tomadas pelo Estado.

A violência como instrumento de controle sempre foi utilizada na sociedade brasileira, mas ela passa por transformações ao longo das décadas. Como foi dito, a

⁴ Segundo Freire (2009) a Segurança Nacional foi adotada no Brasil no período do Regime Militar, e neste período eram priorizados a defesa do Estado e a ordem política e social. Estava fundamentada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que foi desenvolvida pela Escola Superior de Guerra, e que tinha como conceito a habilidade do Estado garantir a obtenção e manutenção dos seus objetivos nacionais, independente dos antagonismos ou das pressões existentes.

violência, agora por parte dos policiais, durante a ditadura militar operou com o aval do governo federal como uma forma de controle político, principalmente da oposição ao regime autoritário, o autor salienta que houve sim uma diminuição do uso da violência policial como ferramenta política, mas que passou a ser usada como ferramenta de controle social e da criminalidade (NETO, 1999. p.130), dessa maneira conseguimos compreender que, de alguma maneira, a violência policial tem heranças da ditadura, levando em consideração que em algum momento da história tal violência obteve aval governamental para operar. E este controle social da criminalidade acaba por ser, de certa maneira, um controle das expressões da questão social. Como já foi dito, o Estado está na mediação das relações sociais, mas procura responder às demandas da classe dominante.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social”- diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. (Netto, 2001, p.45)

Desse modo, segundo Netto (2001) a “questão social” é constitutiva do desenvolvimento capitalista, ou seja, conforme aumenta a produção capitalista, aumenta também as expressões da “questão social”, pois uma coisa é ligada a outra. Assim, a violência presente na sociedade é uma expressão da “questão social”.

E se levarmos em consideração que a violência policial vem desde a época da ditadura militar, com fortes influências militares, podemos chegar à conclusão então que esta violência já se tornou estrutural dentro das instituições estatais. E ainda se considerarmos que o Brasil é um país extremamente racista em sua estrutura podemos então chegar à conclusão, pelos dados e pela realidade cotidiana, que a população que mais sofre com a violência policial é a população negra. Almeida (2019) vai dizer que: “se há instituições cujos padrões de funcionamento redundam em regras que privilegiam determinados grupos raciais, é porque o racismo é parte da ordem social. Não é algo criado pela instituição, mas é por ela reproduzido.” Machado e Noronha (2002) dizem que o aparelho policial participa da manutenção e reprodução da ordem social e que a forma que são operadas e tratadas a população não-branca e pobre vai depender dos controles institucionais interno e externo à polícia. Ou seja, se estamos em um país cujas estruturas institucionais são racistas,

logo as instituições, também serão racistas (Almeida, 2019). Desse modo, a polícia tende a exercer a ordem social de modo igualmente racista, e classista.

A falta desses controles contribui para que a violência estrutural se transforme em agressão direta ou interpessoal, gerando formas de vitimização e insegurança que favorecem a intolerância e servem como álibis para abusos policiais. (Machado; Noronha, 2002, p.189)

Dessa maneira, atualmente sofremos com as consequências advindas desse período, quando percebemos que nos dias atuais ainda lidamos com a violência policial tão presente em nossa sociedade. Esta violência se dá como ferramenta de controle da criminalidade. Assim sendo, compreendemos, que apesar das reatualizações, modernizações e mudanças ocorridas da violência como ferramenta de controle, ela sempre esteve presente na sociedade brasileira como instrumento para coibir a rebeldia dos que iam contra a ordem social vigente, e para além disso ela também foi e é utilizada como mecanismo para controlar os que estão à margem da sociedade, pobres e negros, fazendo parte da história e cultura brasileira.

Capítulo 2

2. Baixada Fluminense: territorialidade e formação-histórica

Neste capítulo abordaremos a respeito da história do território. Como se deu a sua economia durante os anos, assim como o modo em que se constitui a política desta localidade. Além disso, será abordado o modo em que se constituiu a violência neste território, compreendendo as desigualdades sociais presentes em relação à região metropolitana.

2.1 História da Baixada Fluminense e territorialidade

A Baixada Fluminense também pode ser reconhecida por outras nomenclaturas como: Recôncavo da Guanabara, Periferia, Grande Iguassu e Região Metropolitana, e para Silva (2013) ao escolher um desses conceitos significa filiar-se a um conjunto de referências e sentidos. Pois cada nome dado é acompanhado de um conceito. Para alguns autores utilizar-se do termo baixada por exemplo é colocar esta região como abaixo de outros territórios, Silva (2013) vai dizer que:

Recôncavo está associado ao fato geográfico/social cujo eixo é a própria Baía, enquanto a Baixada Fluminense ao olhar político ligado aos usos sociais da região. A noção de Baixada da Guanabara configura-se em uma tentativa de manter uma unicidade sem hierarquização entre a Cidade e seu Entorno, posto que o conceito Baixada Fluminense carrega consigo a noção de posição de subalternidade. (p.52)

Então, a nomenclatura dada a esse pedaço de terra também trará consigo significados a respeito do território, e a maneira como ele será visto na sociedade. A Baixada Fluminense acaba por ser vista como um território abandonado, violento, perigoso, atrasado, e abaixo dos municípios da cidade do Rio de Janeiro. E isso se dá também pela maneira em que o Estado trata este território.

Mas afinal, o que é a Baixada Fluminense? A Baixada está localizada no Estado do Rio de Janeiro, era demarcada entre o litoral e a Serra do Mar (Willeman, 2013, Alves, 2003), composta por planícies baixas, uma área facilmente alagadiça, composta por várias bacias e regiões pantanosas. Também a definição de Baixada a partir do conceito de Baixada ou Recôncavo da Guanabara, que delimita a região a

partir do entorno da Baía de Guanabara, indo da Cachoeira de Macacu a Itaguaí (Alves, 2003). A Baixada faz parte da RMRJ (Região Metropolitana do Rio de Janeiro) e para Albuquerque (2021) faz parte da região periférica da região metropolitana.

Desse modo, entendemos que não há consenso nos municípios pertencentes à Baixada entre os estudiosos a respeito desse território. Há quem defina geograficamente, e com isso inclua 13 municípios, mas para este estudo definirei a partir da análise dos municípios que se parecem culturalmente, economicamente e socialmente. Por isso, os municípios que entendo como baixada são: Mesquita, Nilópolis, Queimados, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Japeri e Belford Roxo, municípios estes que pertenciam a Nova Iguaçu, antes de se emanciparem e por isso podemos compreender que as suas histórias estão entrelaçadas. E a partir disso, para entender a história da Baixada temos que entender a história de Nova Iguaçu, para entender a dinâmica econômica da região pela história que justifique o momento socioeconômico da região na atualidade.

A Baixada Fluminense era composta por diversos rios que faziam parte da navegação da época, e foi constituída como uma região de passagem, os grandes proprietários não residiam ali e os governantes foram se estabelecendo e se tornaram grandes coronéis, recebendo títulos da nobreza, e estabelecendo um “coronelismo poderoso” (Willeman, 2013).

A economia cresceu na baixada fluminense a partir do cultivo da cana-de-açúcar, café e de laranjas. Desse modo, podemos compreender que a Baixada Fluminense teve sua base econômica na agricultura. Silva (2017) vai dizer que a região podia ser caracterizada de duas formas durante a época colonial, enquanto uma região de passagem, por conta dos rios da região, e como um conjunto de fazendas que eram voltadas para agricultura com mão de obra escrava.

Isso passa a mudar a partir de 1850 quando há a mudança da estrutura, que antes estava nos rios e nas estradas, e passa a ser concentrada nas ferrovias. Houve a criação da Central do Brasil em março de 1858, passando a mudar a dinâmica do território, pois passou a dinamizar antigos serviços que eram existentes como o fornecimento de lenha e de gêneros alimentícios (Silva,2017). Willeman (2013) vai dizer que:

Com a construção da 1ª estrada de ferro, pelo Barão de Mauá em 1854, e a Estrada de Ferro D.Pedro II (hoje central do Brasil) em 1858, a região deixa

de ser interessante para a economia capitalista, sendo totalmente abandonada pelo poder público e se transformando apenas numa zona de passagem rápida. (p.53)

Após a inauguração da ferrovia houve mudanças significativas na economia da região. Segundo Silva (2017) com o passar dos anos Iguassu, como era chamada a região nesse período, viviam do cultivo de café e do e seu escoamento se dava a partir dos seus portos, e onde se concentrava a sua economia e a sua força política. Para além da criação da ferrovia, houve também nesse período o assoreamento dos rios, fazendo com que a junção dos dois acontecimentos fizesse com que a Iguassu tivesse uma decadência em sua economia.

Durante a década de 1930 passou a ter uma intensificação no loteamento da Baixada Fluminense. Houve nesse período um plano para o loteamento no espaço da Baixada Fluminense, com incentivo do Estado e a partir da iniciativas dos grandes latifundiários na época, principalmente em Caxias e Nilópolis, pois eram municípios próximos às regiões centrais (Willeman, 2013).

Se fazia necessário que a classe trabalhadora estivesse próxima das áreas centrais, para que pudessem vender sua força de trabalho, mas que não morassem nesses territórios. E como Albuquerque (2021) salienta, o afastamento físico dos trabalhadores não impossibilitou dos mesmos fornecerem mão-de-obra que estavam localizadas nas áreas centrais, por isso, o capital industrial manteve o trabalhador, de alguma maneira, ainda próximo do seu local de trabalho. Desse modo, a Baixada Fluminense estava destinada para a população de baixo poder aquisitivo (Albuquerque, 2021).

Dessa maneira se faz necessário entender como a Baixada Fluminense é vista para o Estado e para a capital. Para o capital conseguimos enxergar que lá está a força de trabalho. A Baixada Fluminense é vista como “cidades dormitórios”. Lago (2007) vai entender “cidades dormitórios” como a síntese de um conjunto de carências como: a carência de serviços públicos básicos, da urbanização das áreas públicas, da proximidade do mercado de trabalho e etc. e as distâncias percorridas pela classe trabalhadora até o local de trabalho.

Albuquerque (2021), a partir do censo de 2010 vai analisar que o trabalhador residente da Baixada Fluminense que trabalha nos grandes centros, gasta mais de uma hora para chegar ao seu local de trabalho. Vai dizer ainda que “Convém ressaltar

que quanto mais tempo o trabalhador necessita para o seu deslocamento, mais recurso ele despense no transporte público e menos tempo lhe sobra para seu descanso e lazer e para se qualificar. (p.74)”. Então, o trabalhador gasta muito tempo no transporte público não sobrando tempo para descanso e lazer. Para além disso, não é investido pelo Estado o lazer e a cultura dentro do território.

Desse modo, os residentes da Baixada Fluminense se deslocam para as áreas centrais para vender a sua força de trabalho. Desde quando foi implementada a tarifa única nas linhas ferroviárias, o Estado vai subsidiar tanto para o capital, como o capital imobiliário, já que nesse período houve o “boom” nas vendas imobiliárias na Baixada Fluminense, e desse modo, acaba por reduzir o custo de reprodução da força de trabalho para a indústria e transfere para a classe trabalhadora a responsabilidade do problema habitacional (Alves, 2003). Assim, percebemos que para o capital interessou ter a baixada fluminense como cidade dormitório. Pois assim como Alves (2003) salientou, a Baixada era afastada o suficiente das belezas naturais, mas perto o suficiente para permitir que o trabalhador pudesse ir e vir diariamente.

Além disso, temos que entender como funciona a política nesse território, e como o Estado enxerga, não só o pedaço de terra, mas também os residentes da Baixada Fluminense. Para isso, se faz necessário voltar a época do império, onde os senhores de engenhos se estabeleceram como forças políticas e de poder Alves (2003) vai dizer que com a criação da vila, os grandes proprietários passaram a interferir diretamente na escolha dos administradores, na organização das câmaras, na concessão de títulos de nobreza, e na influência dos postos políticos. E isso vai fazer com que haja o estabelecimento de um coronelismo poderoso, que vai se perpetuar na história da Baixada Fluminense. Além disso, é também nesse período que há a ocorrência da corrupção e da fraude na política da Baixada.

Ela começava nas quantias pagas como honorários aos empregados da câmara, que já no primeiro ano estourava a receita orçamentária prevista e passava pela escrituração ou balancete da câmara, que, conforme o relatório do seu presidente, em 1900 era feito de forma obscura e cheia de enigmas, com verbas, contas e parcelas imprecisas, somas e transportes errados, com documentos comprobatórios e recibos ilegais e sem valor jurídico, além da prática da queima das guias de enterramento, que impedia qualquer apuração precisa. (Alves, 2003, p.35)

Havia também a corrupção durante o processo eleitoral. Se utilizavam dos analfabetos, dos presos, mortos, para a escolha dos candidatos que participaram das combinações e subornos das oligarquias, onipotentes dos redutos eleitorais (Alves, 2003). Mas o autor vai salientar que, apesar desse funcionamento da política, havia rachaduras na estrutura. Pois havia instabilidades e fragilidades nos acordos feitos, e que neste momento que a violência entra de forma definitiva no fazer política da Baixada Fluminense.

Durante a Revolução de 1930 e a era Vargas, houve mudanças no cenário político da Baixada Fluminense. Não rompendo com o colonialismo existente no território, mas porque passará a estabelecer uma relação com as massas urbanas, o que vai transformar a Baixada, segundo Alves (2003), num paraíso político. Alves (2003) vai salientar que com o voto universal, vai se impor a reciprocidade do coronelismo:

De um lado, os chefes locais que conduzem as tropas de eleitores; do outro, a situação política dominante no estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores, da força policial, enfim, dos recursos que garantem a perpetuação do poder local. (p.79)

Desse modo, fica evidente que o fazer política na Baixada Fluminense, apesar de ganhar novas dimensões, continua com o assistencialismo e clientelismo presente, se utilizando não só do poder e da violência para se manter presente, mas também da barganha.

Segundo Albuquerque (2020), o golpe militar de 1964 impôs alterações na estrutura sociopolítica fluminense. Segundo o autor, por conta da proximidade geográfica entre a Baixada Fluminense e a Cidade do Rio de Janeiro, este território compôs a chamada "área de interesse". Por isso, a Baixada passou a ser área de atuação do jogo político da Ditadura Militar. Além disso, a ditadura militar inaugurou na Baixada Fluminense um novo momento em relação à prática da coerção física, inaugurando, segundo Albuquerque (2020) uma fase da violência como questão ideológica, junto com as disputas territoriais. Segundo o autor, eles estavam ancorados no lema "bandido bom é bandido morto", onde durante este período, os grupos de extermínio torturavam e matavam os que roubavam, enquanto isso, os militares torturavam e matavam os que discordavam do regime militar posto. Porém o autor salienta que, apesar dos grupos paramilitares manterem ligações com os líderes

do regime militar, os grupos de extermínio já atuavam antes do início do regime de exceção. E que este grupo tem relação direta com a configuração socioeconômica do território.

É também nesse período que surgem famílias que se perpetuaram no poder dentro da Baixada Fluminense, como a família Abraão David no município de Nilópolis. Segundo Alves (2003) se iniciou a conjunção entre poder militar, poder familiar e contravenção, o que tornaria o município o modelo mais acabado de controle político no período militar. O autor ainda vai dizer que se percebeu durante os anos de interferência militar na política local foi a produção de um rearranjo dos mecanismos de poder anteriores.

Se no passado as máquinas clientelísticas partidárias estabeleciam um controle direto sobre a Secretaria de Segurança na nomeação de delegados e, conseqüentemente, no controle das atividades ilegais (contravenção, lenocínio, jogatina, violência), agora, a ditadura militar assumiria para si esse controle. (p. 106)

Em 1981 chegará ao fim a intervenção militar no poder local da Baixada Fluminense. Segundo Alves (2003) ao chegar ao fim da ditadura, foi radicalizada algumas das principais práticas feitas durante o regime, o terrorismo e a ilegalidade. Segundo o autor, nessa transição o que ficou em jogo para os militares não era a perpetuação da tutela, mas a continuidade dos mecanismos montados.

Durante os anos 90, a Baixada convivia com os diferentes projetos políticos, que se aproximavam tanto pelo clientelismo, como pelas formas ilegais de ação:

os Abraão David, com a eficiente fusão da contravenção com o carnaval e com o clientelismo político; o grupo comandado por Raunheitti, distribuindo vagas em escolas e creches, e oferecendo consultas e operações médicas gratuitas, tudo financiado pelas irregulares subvenções sociais do Congresso; Zito e Joca, combinado favor e medo, numa reedição moderna e situacionista do "homem da capa preta". (Alves, 2003, p.116)

Desse modo, esteve presente não só as velhas formas de fazer política, como se reestruturaram novas. Com a perpetuação de famílias no meio político, como também a presença da violência, sempre presente na história da Baixada Fluminense. Albuquerque (2021) vai dividir a violência no território da Baixada em três fases. Na primeira fase a violência tinha relação com as questões latifundiárias, que visavam a ampliação da propriedade. A segunda fase é marcada pela violência como

uma ferramenta política-territorial, com torturas e execuções de bandidos e comunistas, que demarcaram a Baixada como território de grupos paramilitares. E na terceira é a violência como ferramenta sociopolítica, onde os agentes executores da violência sofisticaram suas atuações, e passaram a compor os poderes legislativos e executivos. O autor salienta que ocorreu na baixada a “politização” da violência, onde os mecanismos de repressão foram transformados em instrumentos políticos.

2.2 Baixada Fluminense: desigualdades sociais e a expressão da violência

Neste subtópico busquei compreender se a situação socioeconômica do território da Baixada Fluminense vai ter relação com os seus dados a respeito da violência presente nesse pedaço de terra. Para isso, irei utilizar os dados disponíveis do IBGE, e dos dados do Atlas da Violência feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública dos anos de 2019 a 2021.

Para isso, com base nos dados do IBGE, no Censo de 2010, irei também analisar o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). O IDH vai embarcar três pontos para medir o desenvolvimento humano: a saúde, a educação e a renda. Entendendo que só a economia não é o suficiente para se entender o desenvolvimento de uma sociedade, pois o país pode ter um alto PIB (Produto Interno Bruto), mas que não necessariamente refletirá no bem-estar de sua população. O IDH serve também para identificar as desigualdades presentes em um país. Com isso, para medir o IDH se utiliza uma referência numérica de 0 a 1, onde quanto mais próximo do 0 menor é o indicador, e mais próximo do 1 melhor é o indicador.

No Censo de 2010⁵, os municípios da Baixada Fluminense tinham o IDH variando entre 0,659 a 0,753, onde o menor IDH era Japeri e o maior era Nilópolis. Em pesquisa feita por Albuquerque (2021) o autor vai identificar, utilizando do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 2015, que a renda per capita dos moradores da região variava entre R\$607 a R\$1.090, enquanto na cidade do Rio de Janeiro esse valor era em torno de R\$2.155, uma discrepância muito grande entre os territórios. Além disso, o autor ainda vai verificar dados educacionais baixos na Baixada Fluminense, onde enquanto no Rio de Janeiro 54% havia o ensino médio completo, em Japeri era apenas 27%, 31% em Belford Roxo, e 32% em Queimados,

⁵ Até a conclusão deste trabalho, ainda não haviam sido divulgados todos os dados referente ao censo de 2022.

segundo os dados referentes ao ano de 2013. O município do Rio de Janeiro faz parte da região metropolitana do Estado, assim como os municípios da Baixada Fluminense, mas apesar de pertencerem à mesma região, se pode verificar as desigualdades nas particularidades presentes nos dados.

Belford Roxo e Queimados ocupam as posições mais baixas do IDH, em contrapartida, são os municípios que aparecem como as cidades mais violentas do Brasil. No Atlas da Violência de 2019, que é desenvolvido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), vai dizer que Queimados aparecia entre o município com o maior número de homicídios no Estado do Rio de Janeiro, e fazendo parte dos 30 municípios mais violentos do Brasil. O estudo ainda vai salientar que neste município sofre a disputa entre milícia e tráfico⁶ de drogas, assim como quase todos os municípios da Baixada Fluminense. Em um estudo recente do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, Japeri aparece na 17ª posição das 50 cidades mais violentas do Brasil. Duque de Caxias aparece na 43ª e Belford Roxo na 49ª.

Apesar dos dados do IDH não serem recentes, pois ainda não foram divulgados todos os dados do último censo feito em 2022, em uma reportagem feita pelo Jornal Extra em 2020⁷, vai dizer que os municípios de Belford Roxo, Japeri e Queimados não avançaram nas décadas seguintes, e tendo um agravamento com a violência urbana, com a disputa entre tráfico e milícia. Além disso, havia problemas ainda comuns como: falta de oportunidades de emprego, o saneamento básico precário, e as redes de saúde e educação que são precárias.

Albuquerque (2021) vai dizer que a Baixada Fluminense não vai existir de maneira oficial como Região Administrativa do governo, mas que a Secretaria de Segurança Pública vai instituir como região, se percebendo que a Baixada só vai ganhar “contornos” de realidade a partir da criminalidade. Assim, o autor entende que é a violência que vai oficializar a região para os órgãos governamentais. O que nos leva a pensar que esta região só é percebida através da violência. Refletir a respeito disso nos leva a pensar o fato da Baixada só existir para o Estado quando se trata da

⁶ No próximo capítulo irei conceituar tráfico de drogas e milícia

⁷

<https://extra.globo.com/noticias/rio/japeri-queimados-belford-roxo-tem-baixissimo-indice-de-desenvolvimento-humano-desemprego-violencia-agravam-quadro-24675695.html> Consultado em: 20 out. 2023

violência, diz sobre o tipo de olhar do Estado para este território. Onde não há a necessidade de investimento na educação, lazer, e cultura, sendo ainda uma região “exportadora” de mão de obra para a região desenvolvida do Estado.

O que nos leva a pensar nisso também é que a Baixada Fluminense, Segundo Albuquerque (2021) não vai contar com nenhum equipamento cultural do governo estadual, enquanto na Zona Sul do Rio de Janeiro, que vai possuir uma população menor, vai contar com seis espaços culturais. Se percebendo que não há incentivo a cultura, por parte do estado, para a Baixada Fluminense.

Desse modo, para além dos dados do IDH, e dos dados do Atlas da violência, podemos perceber que não há por parte do Estado, por via de políticas públicas, incentivo ao esporte, lazer, cultura para os municípios da Baixada Fluminense, e para Albuquerque (2021) isso também é uma escolha política.

A presença de espaços culturais privados próximos à população de renda mais elevada se explica pela lógica do mercado, já a concentração desses mesmos espaços culturais de gestão pública nessa área de renda mais elevada não encontra nenhuma explicação do ponto de vista social que objetive a construção de um Estado menos desigual. Pelo contrário, o Estado não atua no sentido de minimizar as disparidades, mas as acirra quando dota algumas áreas de equipamentos culturais em detrimento de outras áreas. (p. 80)

Assim, para além dos problemas sociais, económicos da Baixada Fluminense, que só é percebido quando se depara com os dados, podemos compreender que nos municípios em que os salários são mais baixos, onde os seus residentes têm o grau de educação baixo, ou seja, acabam por ter um menor grau de qualificação, faz com que a violência esteja presente no território.

Por mais que precise ficar claro que a pobreza não necessariamente vai ter relação com a violência de maneira direta, o índice de IDH pode se mostrar uns dos determinantes para esta violência. Cavalcanti e Gonçalves (2015) referem que quanto maior for o IDH das Regiões Administrativas, menor serão as taxas de homicídios. Levando em consideração que o IDH vai levar em conta não só a renda, mas também a educação, e a saúde, desse modo, se estes apresentam dados abaixo do esperado, podemos reconhecer ou afirmar que falta o investimento do Estado nessas regiões, e onde não há investimento por parte do Estado, como, no lazer, cultura e educação, pode se crescer a violência. Dessa forma, percebemos que para a redução da violência se faz necessário o investimento do Estado, e os autores vão dizer que:

D essa forma, a redução das desigualdades educacionais, com mais investimento no acesso à educação básica e na sua qualidade, a ampliação da capacidade produtiva da economia, com mais investimentos em infraestrutura e novas tecnologias, e a melhoria na força de trabalho, com incentivos ao treinamento, cooperam para a elevação do nível de vida da população, promovendo o desenvolvimento social e reduzindo as taxas de criminalidade.(p.122)

E podemos perceber isto quando nos deparamos com as taxas de letalidade violenta na Baixada Fluminense. A letalidade violenta vai incluir o homicídio doloso, lesão seguida de morte, latrocínio e morte pela polícia. Iremos aprofundar esses dados no capítulo seguinte, mas vale salientar que no ano de 2022 foram 1.415 mortes na baixada fluminense. Queimados, que no Censo de 2010 aparece com o IDH de 0,680, na 73° posição no Estado, em que possui 92 municípios, vai ser um dos 50 municípios mais violentos do Brasil, com a taxa de 61,2%. Com isso, podemos perceber que, por mais que o IDH não tenha relação direta com a violência do território, ela é um dos determinantes sociais que a explica.

Capítulo 3

3. Segurança Pública: a especificidade do Rio de Janeiro e os rebatimentos na Baixada Fluminense

Neste capítulo discutirei a respeito da Política de Segurança Pública no Brasil, analisando se o que está na Constituição Federal será efetuado no cotidiano. Para isso discorreremos a respeito de alguns governos federais e estaduais. Além disso, foram analisadas as disputas que ocorrem no território da Baixada Fluminense entre Estado, tráfico de drogas e milícias.

3.1 Constituição da Política de Segurança Pública no Brasil

Para entendermos os desdobramentos da Segurança pública no Brasil se faz necessário entender como ela se deu através da história, para que desse modo possamos compreender a realidade brasileira e seus contextos de violência. Para além disso, percebermos se o que está na lei é o que a população vivencia no dia a dia.

Segundo a constituição federal de 1988, a Política de Segurança Pública em seu Art. 144 é considerada um dever do Estado, mas também, um direito e responsabilidade de todos, visando a proteção dos direitos humanos, e demanda para os órgãos estatais, o seu cumprimento. Neste sentido, faz necessário destacar que pela Constituição, a segurança pública deve prever a proteção aos direitos humanos, ou seja, no fazer da segurança pública não pode haver a violação desses direitos. Segundo Soares (2019)

Segurança pública é a estabilização universalizada, no âmbito de uma sociedade em que vigora o Estado democrático de direito, de expectativas positivas a respeito das interações sociais, ou da sociabilidade, em todas as esferas da experiência individual. O adjetivo “positivo” sinaliza a inexistência do medo e da violência (em seus significados negativos) e a presença da confiança, em ambiente de liberdade. (p.90)

Portanto, concordando com o que está na Constituição, a Política de Segurança Pública (PSP) precisa estar pautada na defesa dos direitos humanos, ou seja, num Estado democrático de direito, comprometido com os mesmos onde esses direitos não possam ser violados.

Em 1995, dentro do Ministério da Justiça, Fernando Henrique Cardoso (FHC), o então presidente da república, cria a Secretaria de Planejamento de ações

Nacionais de Segurança Pública, que passou no ano de 1998, denominada em Secretaria Nacional de Segurança Pública, com o intuito de articular com os Estados a implementação da política nacional de segurança pública.

No ano de 2000 foi lançado, ainda no mandato do FHC, o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), que ocorre após um acontecimento violento que teve repercussão nacional, que foi quando o sobrevivente da Chacina da Candelária, sequestrou um ônibus na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Este plano era voltado para o enfrentamento da violência no país, com o objetivo de aperfeiçoar o sistema de segurança pública brasileiro, para reprimir e prevenir o crime. Segundo Ballesteros (2014) A PNSP foi muito mais um documento político do que estratégico. Além disso, podemos perceber uma característica muito presente das Políticas de Segurança pública brasileira, que é ser políticas focalizadas, e paliativas, que não resolvem de fato o problema.

O sistema de segurança pública brasileiro em vigor, desenvolvido a partir da Constituição Federal de 1988, estabeleceu um compromisso legal com a segurança individual e coletiva. Entretanto, no Brasil, em regra, as políticas de segurança pública têm servido apenas de paliativo a situações emergenciais, sendo deslocadas da realidade social, desprovidas de perenidade, consistência e articulação horizontal e setorial. (Carvalho; Silva, 2011, p.62)

E podemos perceber isto na PNSP, pois apesar das articulações, com o executivo e o legislativo, com ações repressivas e preventivas, o plano se caracterizava pela capacidade de formular políticas, mas a baixa capacidade de executá-las (Ballesteros, 2014, p,9). Contudo, apesar das limitações, é necessário reconhecer que a PNSP colocou a segurança como tema na agenda governamental, colocando a coordenação federal como protagonista.

Durante o primeiro mandato do governo Lula houve também a implementação de uma política de segurança pública em 2001, com a participação da ONG Instituto da Cidadania, foi criado o Projeto de Segurança Pública para o Brasil, que tinha como ideia a reformulação das instituições da segurança pública e implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), para a atuação articulada por meio de políticas preventivas (Carvalho; Silva, 2011). A SUSP tinha como objetivo o controle e a redução da violência e da criminalidade, estabelecendo o planejamento de ações integradas por parte de órgão de segurança pública, mas o SUSP nunca de fato foi

normatizado, para Ballesteros (2014) ele serviu como parâmetro para algumas propostas de reformulação da estrutura organizacional.

No segundo mandato de Lula houve a criação do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci). Foi desenvolvido pelo Ministério da Justiça, que marcou uma iniciativa de combate à criminalidade com a articulação entre as políticas de segurança e ações sociais. Os principais eixos do Pronasci eram a formação e a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência. Além disso, havia a articulação por meio da integração entre União, estados e municípios. Carvalho e Silva (2011) vão compreender que “o Pronasci se apresenta como uma política de segurança pública, baseada em princípios democráticos, interdisciplinares e humanitários, tendo em vista a participação da sociedade na construção de uma cultura de paz, a médio e a longo prazo. (p.65)”. Miranda (2014), porém, vai destacar que as ações do Pronasci foram voltadas para a implementação da filosofia do policiamento comunitário, mas que apresentaram fragilidades na redução da letalidade policial, Além disso, um outro problema estava na diversidade das ações propostas que tinham uma modelagem padronizada em diferentes contextos, sem a adequação ao público-alvo e às distintas regiões do país.

O Brasil, além desses programas, planos e projetos que aqui foram apresentados, teve ao longo de sua história outros mecanismos para o controle da criminalidade e políticas voltadas para a segurança pública. Mas é necessário salientar que, assim como coloca Carvalho e Silva, “As questões relacionadas à segurança pública não podem ser tratadas como política limitada de governo, mas como um processo amplo e complexo a ser enfrentado tanto pelo Estado quanto pela sociedade” (2011, p.63). Não podendo limitar os avanços conquistados em um governo específico.

Para além disso, é necessário salientar que o combate à criminalidade não pode se colocar como um combate a pobreza de maneira coercitiva, é necessário articular as ações de segurança com o contexto social, e conseqüentemente com políticas públicas. Pois dessa maneira não terá diferenciação na maneira que se faz a política de segurança entre ricos e pobres.

Estamos diante de um processo contraditório no que se refere ao papel do Estado. Temos, assim, um “Estado para os pobres”, com menos assistência e mais controle e vigilância e um “Estado para os ricos”, que possibilita menos controle sobre a reprodução econômica. Com isso, as formas de penalização são direcionadas a sujeitos diferenciados. (Carvalho; Silva, 2011, p.61)

Pois o que acabamos por ver é a diferença no combate à criminalidade de maneira diferenciada a partir do local em que está. Segundo Miranda (2014) os problemas da Segurança Pública são antigos e vem desde o começo dos anos 80, onde havia uma disputa de discursos autoritários e reformistas, que tinha como base a incorporação dos princípios internacionais dos direitos humanos. E foi a partir desta época também que houveram movimentos para que tivessem um endurecimento da polícia, com a concepção militarizada da segurança pública (Miranda, 2014, p.5). A autora ainda destaca que essa militarização da segurança pública, e consequentemente da polícia militar, acaba por fazer com que confundam os papéis do exército e da polícia, pois ao exército ficou no papel de garantir a segurança dos cidadãos, que é um papel da polícia militar.

É preciso compreendermos também para quem é direcionado este endurecimento da polícia. Apesar do código penal explicitar que não há excesso de força, em seu Art 23, quando o agente tiver em um caso de necessidade, por legítima defesa, ou em estrito cumprimento do seu dever legal, ou no exercício regular de direito. Porém muitas vezes o uso da força excessiva, por policiais em determinados territórios, sem necessidade, acaba se justificando como “estado de necessidade”, como forma de se “salvar de algum perigo”, e também “não sendo provocado pela vontade do agente”, bem como, pela justificativa de não haver outra maneira de evitar o uso da força.

Em julho de 2023, após o assassinato de um policial militar, durante o patrulhamento em uma comunidade no Grajaú, foi iniciada uma operação nas comunidades onde ao menos dez (10) pessoas foram mortas, e houve relatos de tortura e o uso excessivo da força policial⁸. Após isso foi iniciada uma investigação por parte do Ministério Público de São Paulo⁹.

⁸

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/30/operacao-para-capturar-sniper-que-assassinou-pm-no-guaruja-deixa-12-mortos-diz-ouvidoria.ghtml> consultado em 04 nov. de 2023

⁹

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/ministerio-publico-vai-investigar-operacao-da-pm-em-guaruja-com-ao-menos-8-mortos.shtml> consultado em 04 nov. de 2023

Em um comunicado emitido pela bancada de deputados estaduais da Federação PT/PCdoB/PV disse que “É inconcebível que as forças policiais do maior Estado da federação ao invés de usar apuração investigativa e inteligência policial recorram à desproporcionalidade de força e letalidade”. Reforçando o que já foi dito nesta monografia, a política de segurança pública não pode estar pautada na hostilidade, violência e coerção. É preciso articular as ações de segurança entre as três esferas do governo entendendo o contexto social em que está inserido.

3.1.2 Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro: Rebatimentos na Baixada Fluminense

A política de segurança pública no Rio de Janeiro tem particularidades. Como foi dito, a Constituição Federal de 1988 vai estabelecer a proteção aos direitos humanos na política de Segurança Pública. Apesar da PSP está pautada na proteção dos direitos humanos, Baptista e Santos (2021) afirmam que a Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro está marcada pela concepção política de violência que vai diferenciar em cada território do Estado, fazendo assim com que deixe de cumprir o que está na constituição, pois se há violência não há a égide dos direitos humanos, pois entendemos a violência como violação aos direitos humanos. Porém isso não ocorre de maneira linear, de um momento para o outro.

A violência como mecanismo de controle não é restrita ao Rio de Janeiro, e nem começa na atualidade. Como já foi posto neste trabalho, a violência está nas bases da sociedade brasileira, mas que pelo braço policial vai se manifestar conforme a ordem dos que estão no poder. Porque como foi dito por Machado e Noronha (2002) o aparelho policial faz parte da manutenção e reprodução social, e que sua operação vai depender dos controles institucionais internos e externos, ou seja, dependerá de quem está no comando dessas instituições. Dessa maneira, compreendemos que a violência policial vai depender também de que modo vai se dar às políticas de segurança por parte dos governos estaduais.

Durante o governo Brizola, seu secretário de segurança em seu primeiro mandato era Nilo Batista, juntamente com o coronel Nazaré Cerqueira da Polícia Militar, e foram responsáveis por uma mudança significativa na maneira e doutrina da segurança pública do Rio de Janeiro (Carneiro, 2010). Extinguiram a Secretaria de

Segurança Pública, a substituindo pelo Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos, além disso adotaram a ideia de que o “recrudescimento da violência e da criminalidade era um problema fundamentalmente de caráter social” (Soares; Sento-sé, 2000 apud Carneiro, 2010, p.51). Ademais, também foi promovido a adoção de um policiamento tipo comunitário, além de terem limitado as intervenções policiais nas áreas de favela.

Em relação a essa limitação as intervenções policiais Carneiro (2010) vai salientar que houve uma consequência que não foi antecipada pelos que executaram, que foi a ampliação e consolidação dos grupos criminais e o controle territorial das principais favelas na região metropolitana do Rio de Janeiro. O autor vai dizer que “As intervenções policiais repressivas se enfraquecem no mesmo ritmo em que a criminalidade se tornava mais agressiva e organizada em suas práticas” (p.51). Além disso, Carneiro (2010) vai dizer que houve dois principais fatores para o aumento do poder dos grupos criminais. O primeiro foi o aparecimento dos “comandos” no interior dos presídios, que produziu novas formas de identidade, coordenação e controle entre traficantes de drogas. O segundo foi a expansão do consumo de cocaína. Para o autor a “nova” droga permitiu que os grupos criminais ampliassem seus ganhos através da distribuição local, e com isso fortaleceram o seu poder de corrupção das polícias.

Como no governo Brizola a prioridade era não recorrer a intervenções policiais nas áreas da favela, e não havia um modelo de intervenção adequado, e nem uma polícia comunitária pronta para policiar de maneira permanente, a opção escolhida foi a não intervenção. E como consequência, com a não intervenção do governo, as quadrilhas organizadas passaram a ganhar forças nessas localidades Carneiro (2010). Carneiro vai compreender que

As polícias apresentavam sinais crescentes de fraqueza institucional, o que não era visto como um problema pela liderança política naquela altura. Como foram mal sucedidas as tentativas de reformá-las, em função de fortes resistências corporativas, não parecia de todo inadequado, do ponto de vista dessas lideranças, optar por enfraquecê-las. (p.52)

Com o aumento nos números de homicídios, do roubo de veículos e assalto a bancos, assim como a opinião pública que demandava ações contra a situação instalada, o governo federal em 1994, decidiu por inaugurar a “Operação Rio” (Carneiro, 2010, p.53). A Operação Rio, foi um convênio entre o Estado e o governo

federal, onde as Forças Armadas passaram a atuar nas periferias do Rio. Segundo Coimbra (2001) a mídia em seu primeiro momento coloca as “operações de guerra” como vitoriosas, ignorando, de primeiro momento as centenas de pessoas que foram presas arbitrariamente, as torturas que ocorreram nas operações, as milhares de casas que foram invadidas. A autora ainda salienta que a população fluminense vai aplaudir estas operações, pois há a ideia que era uma “guerra contra a violência”.

A Operação Rio durou até 1995, após ser renovada pelo novo governador Marcello Alencar. É durante este governo onde a violência policial se mostrou presente. Com a mudança de governo, e a alocação de um general como secretário de segurança no Rio de Janeiro, a postura em relação ao combate ao crime mudou. Se antes a não intervenção policial dominava, agora o incentivo ao combate à criminalidade através do uso exacerbado da força predominou.

Através de um Decreto do governador Alencar, passou a se dar gratificações e promoções para policiais que demonstraram bravura nas situações de “combate”, sendo um dos meios de comprovar o bom desempenho o número de oponentes mortos em confronto policial (Carneiro, 2010). O que não foi bem visto pela crítica especializada, pois entendiam que este decreto era um atentado aos direitos humanos, e um retrocesso no caminho da consolidação da democracia. A agenda da segurança pública no Rio de Janeiro sofreu fortes disputas ideológicas durante os anos, e os governos posteriores

Quando paramos para analisar a política de segurança do governo Brizola e as posteriores a ela, podemos compreender que para ter êxito nas políticas de segurança pública, seja necessário ter um conjunto de ações, com políticas públicas efetivas, que visem a recuperação do território não só através da polícia, mas também de ações sociais. Com isso, a parte social, não excluiria as intervenções policiais, mas trabalharia em conjunto. Entendendo que as intervenções policiais precisam ser feitas de maneiras estratégicas, onde a violência, a coerção e a truculência não sejam dominantes, ou visto como a única maneira de combater a criminalidade. Assim como o incentivo e a promoção de políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer. Para que os moradores dessas localidades possam enxergar possibilidades para além do crime.

Em 2008 houve a execução do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). A sua primeira instalação se deu no Morro Santa Marta, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Botafogo. Até 2014, as UPPs se restringiram somente à cidade do Rio, que para alguns estudiosos fez com que aumentasse a violência na Baixada. Em fevereiro de 2014 ocorreu a primeira instalação da UPP na Baixada Fluminense, em Duque de Caxias, no morro da Mangueirinha.

As UPPs, foram um projeto que ambicionava a “pacificação” das comunidades, através da instalação de unidades das polícias no território, para que dessa maneira se pudesse retomar o controle do Estado e a “integração” entre comunidade e a polícia. Além disso, visava a recuperação dos territórios que estavam sob o controle de grupos ilegais armados, a restauração do monopólio legal e legítimo da força pelo Estado, e com isso a diminuição da criminalidade violenta, principalmente a letal. Bem como, as UPPs tinham como objetivo a recuperação da confiança da população na polícia. Foi criado no Decreto Nº 42.727 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010 a UPP Social, que através da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos deveria desenvolver ações especiais de promoção de desenvolvimento social nas áreas que foram pacificadas. Então, além da intervenção policial, deveria haver a entrada de políticas públicas, o que não ocorreu.

Um outro objetivo exposto no Decreto Nº 45.186 DE 17 DE MARÇO DE 2015, em seu Artº3, era diminuir a violência armada, recuperar a confiança e credibilidade da polícia com a comunidade e contribuir com uma cultura de paz. Mas conseguimos compreender a contradição desse objetivo quando vemos as notícias a respeito da pacificação. Em uma reportagem feita pelo G1¹⁰, em novembro de 2010, noticiava que os agentes de segurança entraram na comunidade às 8h, mas que o tiroteio começou às 7h de um domingo. Domingo esse que muitos moradores poderiam ter o seu lazer, o descanso, foram acordados ao som de tiros. E o questionamento que fica é, como se contribui com uma cultura de paz na comunidade quando o que deveria ser um dia de descanso se torna um dia de caos e desespero ao som de um tiroteio?

Além disso, precisamos deixar claro o objetivo das UPPs no Rio de Janeiro. O país iria receber nos próximos anos grandes eventos esportivos, que colocariam o Rio

10

<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contra-o-crime/noticia/2010/11/ocupacao-das-favelas-do-alemao.html> Consultado em: 04 nov. 2023

de Janeiro em evidência. Desse modo, era necessário que a cidade do Rio de Janeiro se tornasse um lugar “seguro”. O Brasil iria sediar a copa do mundo em 2014 e o Rio de Janeiro os Jogos Olímpicos em 2016, evidentemente esses eventos têm relação com a pacificação das favelas da cidade.

Visando à preparação da cidade do Rio de Janeiro para receber megaeventos como a Copa do Mundo da FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos (2016), as UPPs se pretenderam a solucionar o problema do controle armado de favelas e conjuntos habitacionais por meio do emprego de forças de pacificação que ocupariam “territórios sensíveis” de maneira a viabilizar práticas de policiamento de proximidade e a entrada e/ou regularização de outros serviços públicos essenciais. (GENI/UFF, 2022, p.16)

Ademais, foi notado que a instalação das UPPs teve rebatimento na violência na Baixada Fluminense, o que foi percebido não só pelos moradores dessa comunidade, mas também por estudiosos da área.

Nesse caso, as causas da violência não provinham da Baixada para o Rio, mas em sentido inverso, eram consequência das políticas de pacificação que estariam levando à migração territorial de criminosos. (Miagusko, 2016, p.4)

Com isso, podemos perceber a migração dos traficantes da cidade do Rio de Janeiro para o território da Baixada Fluminense. Miagusko em seu artigo “Esperando a UPP: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense”, de 2016, vai analisar como a morte de seis jovens no bairro da Chatuba, em Mesquita, na baixada fluminense, poderia ter relação com as recentes instalações das UPPs na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o autor, o governo interpretou que a causa da Chacina era a fuga de traficantes das comunidades pacificadas que migraram para a baixada na busca por novos territórios e manutenção do poder.

E apesar da repercussão da chacina que ocorreu, e com a possível consequência da pacificação no Rio, o estado, naquele momento, não instalou uma Unidade de Polícia Pacificadora. Como já foi dito, a primeira UPP na Baixada Fluminense só ocorreu em 2014, em Duque de Caxias.

Miagusko (2016), ainda vai salientar que apesar do bairro ser periférico, e precário, com traços de uma periferia carentes de serviços públicos, não a torna favela.

Do ponto de vista dos moradores, tanto a cobertura da mídia como a visão externa reforçavam preconceitos e estereótipos do bairro e causariam enorme insatisfação. Ato foram convocados e um movimento denominado “o bairro não é favela” foi criado e encampado por lideranças comunitárias,

ONGs e moradores. O movimento pretendia mostrar que o bairro não era uma favela e a violência era uma consequência perversa da pacificação nas favelas cariocas, sendo o acontecimento não mais um dos muitos que representavam e recolocavam a baixada como lugar violento. (p.4)

Além disso, em um relatório produzido pelo GENI/UFF (Grupo de Estudos de Novos Illegalismos da Universidade Federal Fluminense) (2022), que nos anos entre 2006/2008 e 2014/2016 houve uma expansão dos comandos do tráfico, principalmente do Comando Vermelho. E segundo o relatório isso se dará juntamente com a instalação das UPPs na cidade do Rio de Janeiro.

Com isso, é preciso salientar que as políticas de segurança pública que só visam os territórios centrais, sem pensar no seu arredores, impõe consequências para os bairros periféricos. Assim como o Programa das Unidades de Polícias Pacificadoras acabou por aumentar a violência na Baixada Fluminense, pois grupos de traficantes migraram para este território.

É preciso ficar claro, que apesar da migração dos traficantes para a Baixada, em certas regiões do território já havia a presença do tráfico de drogas, mas de uma maneira desorganizada, que eram controlados por jovens, que se interessavam pela exibições dos armamentos, e mulheres nos bailes funks (Fórum Grita Baixada, 2016, p.36). Assim, já havia a presença de facções criminosas na Baixada Fluminense, mesmo que em menor escala se comparado a cidade do Rio de Janeiro. Com a implementação das UPPs, os traficantes que eram procurados migraram para a Baixada, pois enxergavam a possibilidade de reorganizar o crime, e uma forma de continuidade ao esquema (Fórum Grita Baixada, 2016, p.38). Com isso, como já foi dito, houve o aumento da violência nesta localidade.

3.2 Uma disputa de três “poderes”: Estado, Milícia e Tráfico de Drogas e os impactos para a população residente

Em março de 2019 uma criança de 12 anos foi morta após ser baleada em um confronto entre a polícia militar e traficantes no bairro da Chatuba, Mesquita.¹¹ Em setembro de 2023 houve um confronto entre milícias e traficantes, na disputa do

11

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/17/adolescente-morre-apos-ser-baleado-no-pesco-co-e-abdomen-na-baixada-fluminense.ghtml> Consultado em: 05 nov. 2023

território no bairros de Jaqueira e Pantanal, em Duque de Caxias¹². “Como é que a gente sai de madrugada, desse jeito, para ir trabalhar? Não tem condição”, essa foi a fala de uma moradora para uma reportagem do G1¹³ sobre um confronto entre traficantes e milicianos, que aconteceu em junho de 2023, no município de Queimados. E é sobre isso que falaremos neste subtópico. As disputas entre Estado, tráfico de drogas e milícias no território da Baixada Fluminense e como os moradores desse território sofrem com isso, impactando a sua vida cotidiana.

Como já foi visto neste trabalho, a violência se fez presente na história da Baixada Fluminense. Esteve presente no modo como foi implementado políticas de habitação, políticas públicas em geral nesse território, e mais recentemente presente e ocupando os poderes legislativos e executivos para a manutenção do seu poder. A violência na Baixada é histórica, com a participação desses diferentes atores. Seja na maneira em que era feita a política, seja pela presença dos grupos de extermínio, e até mesmo do tráfico de drogas. A violência é intrínseca à história desse território.

E também dos grupos de extermínio, que eram formados por grupos de paramilitares. Atualmente a Baixada Fluminense continua a sofrer com a violência, exercida pelo tráfico de drogas, e milícias, que disputam os territórios. Além do Estado, cuja as operações para reaver o controle e a posse acaba por fazer operações violentas, onde os maiores prejudicados acabam sendo os moradores dessas localidades que vivem no meio de uma “guerra”.

Alves (2008) vai dizer que a emergência dos grupos de extermínio vai se dar na Baixada Fluminense nas décadas de 1970 e 1980. E que foi durante os anos de 1990 que os membros desses grupos de extermínio ascenderam ao poder na Baixada ao se tornarem vereadores, prefeitos e deputados, enquanto o Rio de Janeiro assistiu o surgimento e a expansão do tráfico de drogas nas favelas e periferia da cidade.

Mas afinal o que seriam as milícias? E o tráfico de drogas? Como elas atuam na Baixada Fluminense, e como se situa o Estado neste território? E de que maneira

¹²

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/09/28/confronto-e-onibus-sao-incendiados-em-duque-de-caxias.ghtml> Consultado em: 05 nov. 2023

¹³

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/06/13/moradores-de-queimados-sofrem-com-tiroteios-e-confrontos-entre-criminosos-onibus-foi-atingido-por-disparo.ghtml> Consultado em: 05 nov. 2023

os moradores desses territórios são afetados pelas disputas que ocorrem na localidade? Essas são as perguntas que nortearam este trabalho.

Segundo Cano (2008) antes as milícias eram denominadas de outra maneira, podendo ser conhecidas como “polícia mineira”, ou até mesmo “grupo de extermínio”. Porém estes termos eram vistos de maneira negativa, e para o autor os criadores e/ou difusores da palavra milícia tinham a intenção de re-legitimar o velho cenário. Desse modo, o termo milícia acaba por ser uma palavra mais neutra, e até mesmo, mais positiva.

Em outras línguas, a palavra é usada para designar os componentes do exército que não são militares profissionais, isto é, combatentes do povo. Essa linha semântica encaixa perfeitamente na tentativa de apresentar a “milícia” como um grupo de pessoas que se une para se defender contra uma ameaça externa, no caso o tráfico (CANO,2008, p.59)

De um modo geral, para Cano (2008) o termo milícia é um mito libertador, que seria os policiais, de maneira privada, encontraram de “vencer” a guerra contra o crime, e reconquistar o território que o estado perdeu. A milícia, de primeiro momento, era formada por policiais e outros agentes do Estado, moradores dessas áreas, que diziam que estavam na defesa, e pretendiam acabar com a tirania imposta pelo tráfico. Para definir melhor o que seria a milícia, Cano (2008) vai dividir em cinco eixos:

1. o controle de um território e da população que nele habita por parte de um grupo armado irregular. 2. O caráter em alguma medida coativa desse controle dos moradores do território. 3. O ânimo de lucro individual como motivação principal dos integrantes desses grupos. 4. Um discurso de legitimação referido à proteção dos habitantes e à instauração de uma ordem que, como toda ordem, garante certos direitos e exclui outros, mas permite gerar regras e expectativas de normatização da conduta. 5. A participação ativa e reconhecida de agentes do estado como integrantes dos grupos. (p.59)

Desse modo, por mais que no primeiro momento a milícia se apresente apenas como agentes do Estado preocupados com a segurança de seus bairros, ela passa a agir de maneira arbitrária, “impor regras”, cobrar taxas dos comerciantes locais, controlar transportes alternativos, como as vans, por exemplo. Além de obrigar os moradores a consumir a internet, tvs a cabo, gás, que são controlados pela milícia. Misse (2011) vai dizer que os crimes comuns praticados por milicianos vão incluir o homicídio, a agressão física e a venda de mercadorias ilícitas. E na Baixada Fluminense passam a disputar o território com o tráfico de drogas.

Alves (2008) vai compreender que há um dualismo entre Estado X crime organizado, e que isto é uma nova ideologia de segurança nacional, onde não é questionado até que ponto o Estado vai estar envolvido no crime, ou até mesmo, promovendo e organizando o crime. Isto porque, as milícias se formaram através do aparato policial. E dessa maneira, foi colocado como fosse um combate de “bem X mal”, cuja milícia estaria do lado do bem.

A complexidade da questão da violência, alterada de forma significativa pelo surgimento das milícias/grupos de extermínio diretamente operados pelo aparato policial, é simplificada pelo embate entre o bem e o mal, midiaticamente propagado. De um lado, destemidos e corajosos defensores do Estado de direito, do outro, facínoras que submetem a população ao domínio do medo e do crime, que controlam áreas faveladas e que precisam ser libertadas pelas forças do bem e da ordem. (Alves, 2008, p.35)

Desse modo, foi disseminado, em primeiro momento, a ideia que os milicianos eram combatentes em prol da ordem. Cidadãos do bem que estavam na defesa de um território que foi apossado por grupos do “mal”, que no caso seria os traficantes de drogas. Então, este grupo, que se coloca como defensores do Estado, procura reconquistar o território. Porém, nessa reconquista passam a explorar os comerciantes da região, com cobranças pela “segurança”, e coagindo os habitantes a obedecer às regras impostas.

A compra e a venda de drogas existe no Brasil a muitos anos. Porém a maneira que passou a ser organizada mudou após a ditadura militar. Pois as principais organizações do tráfico de drogas que conhecemos hoje surgiram dentro das penitenciárias durante a ditadura civil militar. Neste período, os presos políticos ficaram presos junto com os presos comuns após o sancionamento da Lei de Segurança Nacional em 1969.

Nesse período, os presos políticos organizaram-se dentro das penitenciárias do Rio de Janeiro para reivindicar alguns direitos que lhes estavam sendo negados. A relativa vitória em suas reivindicações, na primeira metade dos anos 1970, criou um efeito de demonstração para os assaltantes de banco comuns, chamados entre os criminosos em geral pela alcunha de “os lei de segurança”. Eles também resolveram organizar-se para reivindicar direitos e impor seu domínio dentro do sistema penitenciário. Por isso, e pelo fato de alguns de seus líderes considerarem-se também de esquerda (embora não reconhecidos assim pelos presos políticos), passaram a designar-se primeiramente como “Falange Vermelha” e, depois, pela imprensa, como “Comando Vermelho” (CV), o nome que finalmente prevaleceu. (Misse, 2011, p.18)

Misse (2011) vai dizer que ao longo dos anos a cocaína vai ter queda no preço por conta da entrada da Colômbia na produção, e a partir disso os membros do Comando Vermelho (CV) tomaram os pontos das vendas de cannabis e passaram a ser fortalecidos com as vendas de cocaína. Nos anos de 1982 e 1985 o CV vai consolidar o modelo de organização que é interligada em uma rede de quadrilhas. Em cada área dominada pelo CV havia uma organização hierárquica cuja divisão se dava com os “donos” dos morros, que comandava as favelas, os gerentes, os “vapores”, que vendiam as mercadorias, os “aviões” e os “soldados”.

A partir dos anos de 1980 vai surgir outras facções criminosas para disputar o território junto com o Comando Vermelho, como o TC, que é o Terceiro Comando, com uma forte disputa armamentista (Misse, 2011,p.19). Havia também outras facções que surgiram a partir das desavenças entre os outros “comandos” como o Comando Vermelho Jovem (CVJ), Amigos dos Amigos (ADA) e o Terceiro Comando Puro (TCP) (p.19). Durante os anos 1990 a cidade do Rio de Janeiro enfrentou alarmantes níveis de violência.

Foi também em meados dos 1990, que o Governador do estado obrigou-se a aceitar a intervenção das Forças Armadas na cidade em uma operação que interrompeu momentaneamente a violência, mas não foi capaz de dissolver os comandos ou impedir o retorno das disputas nos anos seguintes. (Misse, 2011, p.19)

Como já foi dito anteriormente nesta pesquisa, as instalações das UPPs na cidade do Rio de Janeiro fez com que houvesse uma migração dos traficantes de drogas para a Baixada Fluminense. Em um relatório produzido pelo GENI/UFF observou a tendência de crescimento do CV entre 2014/2016 na Baixada Fluminense. Dessa maneira, foi demonstrado que as UPPs não foram bem sucedidas, entendendo que ela não acabou com o tráfico de drogas, só fez com que houvesse uma migração dos traficantes.

Ao mesmo tempo, Grillo (2013) relata que aqueles que se encontravam foragidos da polícia, com mandatos de prisão em seu nome, já não podiam mais residir nas favelas ocupadas, porque estavam sujeitos a serem facilmente capturados devido à constante circulação de policiais. Assim, embora as áreas contempladas pelas UPPs tenham permanecido sob o domínio de grupos armados, as lideranças locais dessas organizações tiveram que se refugiar em outros bairros ou municípios e deixaram apenas seus encarregados mais jovens e desconhecidos da polícia atuando nas favelas ocupadas. Esse movimento migratório contribuiu para o que a imprensa à época nomeou “interiorização do tráfico”, referindo-se à ampliação da atuação de facções do tráfico de drogas para novos espaços urbanos, fora da capital. (GENI/UFF, 2022, p.17)

Além disso, foi percebido pelo relatório o crescimento de outra facção no território da Baixada Fluminense, o TCP. O seu crescimento se deu desde os anos 2015/2017. Uma outra tendência foi o fato do crescimento do TCP foi acompanhado pela explosão das áreas sob o controle das milícias. O relatório destaca o crescimento das milícias em três picos: 2008/2010, 2013/2015 e 2017/2019. Além disso, a milícia teve seu crescimento na Baixada entre o triênio de 2016/2018, sendo assim a sub-região da região metropolitana onde a milícia mais cresceu.

Abrimos este subtópico com notícias de confrontos tanto entre a polícia e facções, como entre facções e milícias. E com os dados do GENI/UFF aqui expostos, podemos perceber que o território da Baixada Fluminense vem sofrendo disputas pelo controle da localidade, onde os residentes são os que mais são prejudicados, pois vivem no meio das constantes trocas de tiros. Mas afinal, onde o Estado entra nessa história?

Como vimos ao longo dessa pesquisa, as políticas de segurança pública acabam por ser muito segmentadas, focalizadas, pontuais, que não observam o todo. Não entendendo que o combate a criminalidade precisa embarcar além das intervenções policiais, mas também a parte social, com investimento na educação, saúde, cultura e lazer. Além disso, a polícia do Rio de Janeiro tende a agir de maneira coerciva, violenta e repressiva. Podemos perceber isto quando observamos os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), por intervenção de agente do estado na Baixada Fluminense nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022.

Gráfico 1: Morte por intervenção de agente do estado.

	2019	2020	2021	2022
Morte por intervenção de agente do estado	528	404	440	476

Fonte: Elaboração própria com base no ISP.

Observamos que houve uma diminuição se comparado com 2019, mas que voltou a crescer em 2021. Apesar da segurança pública está pautada na defesa e proteção dos direitos humanos, ao pensarmos nos dados referentes à morte por

intervenção de agentes do estado podemos compreender como a violência é presente. Hirata; Grillo; Dirk (2021, p.69) vão dizer que o Brasil é um país violento, e que o Rio de Janeiro além de ser muito violento, vai se caracterizar por uma violência impulsionada pelos policiais e pela violência do Estado. Compreendendo, portanto, que o Estado exerce uma força violenta no território.

As mortes por agentes do Estado são, em sua maioria, durante o serviço. As operações policiais ocorrem em todo o território do Estado do Rio de Janeiro, não sendo uma exclusividade da Baixada Fluminense. Estas operações ocorrem sem aviso prévio, deixando a população no tensionamento sem saber quando é seguro ou não sair de casa para trabalhar, estudar, levar os filhos às escolas, ou seja, se é seguro ou não ter uma vida cotidiana. Hirata; Grillo; Dirk (2021, p.69) dizem que a prioridade de “combate ao crime”, que é criado através das operações, vai operar como justificativa para a criação de territórios de exceção, onde os direitos civis da população são suspensos.

Para além disso, é preciso compreender quem são os vitimados pela morte por agentes do estado na Baixada Fluminense, para entendermos não só o perfil dos mesmos, mas também a quem é direcionado a violência policial. Para isso, através dos dados do ISP fiz a somatória dos números dos municípios da Baixada, nos anos de 2019 a 2020, com o perfil de raça.

Gráfico 2: Perfil de Raça dos vitimados por intervenção de agentes do estado.

	2019	2020	2021	2022
Parda	269	162	196	217
Preta	93	97	109	111
Branca	35	35	34	25
Sem identificação	63	50	43	47

Fonte: Elaboração própria com base no ISP.

O IBGE para conceituar negros no Brasil soma os números de pretos e pardos, neste trabalho será conceituado do mesmo modo. Com isso, conseguimos compreender, baseado nos números expostos acima, que a polícia na Baixada

Fluminense, mata mais negros do que brancos. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 vai dizer que

Jovens negros, majoritariamente pobres e residentes das periferias seguem sendo alvo preferencial da letalidade policial e, em resposta a sua vulnerabilidade, diversos estados seguem investindo no legado de modelos de policiamento que os tornam menos seguros e capazes de acessar os direitos civis fundamentais à não-discriminação e à vida. (p.66)

Dessa maneira, como já foi dito anteriormente neste trabalho, temos uma polícia racista, pois a instituição e a sociedade são racistas, com isso os negros brasileiros são os mais vitimados pela violência policial. E de acordo com os dados, na Baixada isso não é diferente. No relatório feito pelo Fórum Grita Baixada vai dizer que quanto mais negra é a pele, mais bárbaro é o motivo e mais esquarterado é o corpo. Pois como diz a canção da Elza Soares “A carne mais barata do mercado é a carne negra”. Em uma sociedade, cujo os valores estão enraizados no racismo, e suas bases vieram da escravização desses corpos, para o Estado, não tem valor. Desse modo, os negros acabam por sofrer a violência policial de modo mais agressivo.

É preciso pensar que o Estado não está ausente do território da Baixada Fluminense, mas sim que a maneira que foi escolhida está na repressão, na coerção, com a violência policial, e que isso são escolhas políticas para a manutenção do capital. Capital este que enxerga os moradores da Baixada Fluminense apenas como força de trabalho, onde a educação, o lazer, a saúde, a cultura não deve ser incentivada, e nem promovida. O relatório do Fórum Grita Baixada vai dizer que:

A Baixada Fluminense pode não ser o mais lindo cartão postal do estado do RJ. Na verdade, características para isso não nos falta, por nossa montanhosa e aquosa geografia. O que nos falta, e sempre nos faltou, é atenção, interesse, crença em nosso potencial, que é gigantesco, e, principalmente, investimentos. Por tudo isso, nossa região clama por medidas mais relevantes com relação à segurança pública, sem esquecermos que o trato da segurança da população passa, antes de tudo, por investimentos de base, como saúde e educação. (2016, p.73)

Desse modo, podemos compreender que os mais vitimados com a falta de segurança pública na Baixada Fluminense são os moradores dessa localidade. Vivendo à mercê ora do tráfico de drogas e pela violência utilizada por eles, ora pela milícia e sua hostilidade, ora pelas operações policiais que combatem a criminalidade de maneira violenta, sem pensar na sua população. Os moradores acabam por ficar

nos meio dessas disputas territoriais. Vendo o Estado omissivo quando se trata de políticas sociais, mas presente quando falamos da violência.

Considerações Finais

Compreendemos portanto, que a violência é inerente a sociedade brasileira. Se fez presente desde a colonização e se perpetuou ao longo dos anos, se modificando, se atualizando, se modernizando, enraizada na estrutura da sociedade. Afetando principalmente a classe “subalterna”, os que estão à margem, como os negros, os periféricos, favelados.

Desse modo, assim como a violência faz parte da sociedade, ela também atinge as instituições como a instituição policial. Fazendo com que tenhamos uma polícia violenta, repressiva, que age de maneira truculenta e agressiva. Sendo a polícia do Estado do Rio de Janeiro uma das polícias mais violentas do Brasil. A violência se manifesta como uma das expressões da “questão social”, que é uma das consequências do capitalismo. Entendemos que, assim como diz Netto (2001, p.44) {...} a “questão social” está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela”, ou seja, para superarmos a violência será necessário a superação do capitalismo.

Assim como a violência faz parte da sociedade, percebemos como a violência também esteve presente na formação histórica da Baixada Fluminense. Em sua política, e no cotidiano da população. Com a ausência da segurança pública no território. Verificamos, portanto, que o Estado vai operar na região, de um modo geral, na ausência, tanto na ausência de políticas públicas como educação, saúde, lazer, cultura, mas vai estar presente através da violência policial, das operações repressivas. Abrindo, assim, espaço para demais atores, como o tráfico de drogas e das milícias.

Além disso, a Baixada Fluminense passa a ser lembrada apenas através de dois vieses: para o capital como exportadora de “mão-de-obra” para as áreas centrais e para a mídia, através da violência existente no território. A polícia atua nesse espaço de maneira violenta, mas o Estado não atua de maneira efetiva para de fato coibir a violência, e isto é uma escolha política.

É necessário salientar, que após a instalação da UPP na cidade do Rio fez com que a violência aumentasse na região da Baixada Fluminense. Isso fez com que houvesse uma migração dos traficantes para as áreas da Baixada Fluminense. Desse modo, os moradores passaram a conviver com uma maior insegurança, o tráfico de drogas passou a ficar mais evidente nesta região. Quando foi pensado este projeto não levaram em consideração a Baixada Fluminense, pois como foi dito, a instalação de uma UPP na Baixada só ocorreu em 2014.

Como moradora da Baixada, percebi o aumento do tráfico de drogas, e a migração dos traficantes para a região. Assim como o aceleramento da violência, tanto por parte dos traficantes migrantes, que vieram do município do Rio de Janeiro após a instalação das UPPs, como por parte da polícia, que aumentou o número de operações na região. Também se percebeu a expansão do tráfico na localidade, onde as chamadas “bocas” de fumo apareciam de maneira tímida, passando a estar em maior quantidade pelo bairro.

Com isso, houve uma associação das áreas periféricas da Baixada como favela. Não entendendo que na realidade o território tem a ausência de políticas públicas, e por isso acaba por ser uma região mais empobrecida, mas que as insuficiências do Estado, como saneamento básico, mais quantitativo de escolas, investimentos na saúde, na cultura, asfaltamento nas ruas, e demais investimentos. Apesar de existirem favelas na Baixada Fluminense, não tornam todo o território, ou todos os municípios, favelas. Mas é esta a maneira que a Baixada vai ser representada por um todo.

Os baixadianos passaram a conviver com a violência, não só com a do tráfico de drogas, mas também das milícias. Entendendo que a Baixada está em disputas por partes distintas, mas iguais. Distintas pois tem motivos diferentes para dominar o território. A polícia está em busca do retorno do espaço para o Estado, o tráfico de drogas quer continuar a comercialização das drogas no território, e a milícia com a venda superfaturadas de alguns produtos, e a cobrança dos comerciantes por uma falsa sensação de segurança, mas são iguais pois as três partes usam da violência para dominar. A milícia sempre esteve presente nesta região, porém através de outras configurações, e termos, como os grupos de extermínio. Nos últimos anos as

milícias passaram a ser mais fortalecidas neste território, disputando áreas com o tráfico de drogas.

Com isso, percebemos que os residentes passaram a sofrer com as disputas que ocorrem entre Estado, tráfico e milícias. Com os impactos em suas rotinas quando ocorrem os tiroteios entre os atores que fazem parte desses conflitos. Assim, a Baixada passa a ser invisível quando se pensa no combate efetivo da criminalidade. Passando a sofrer não só com as ausências de políticas, mas também com a ausência de segurança.

Desse modo, concluímos que, com as disputas que ocorrem nesta localidade, entre estes diferentes atores, com a polícia em busca do retorno do território para o Estado, as disputas territoriais entre as milícias e o tráfico de drogas, faz com que na Baixada Fluminense impere a (in)segurança pública. Dessa maneira não há a efetivação da política de segurança pública na região. E como já foi dito, o Estado vai se fazer presente na Baixada através da violência policial, repressão, mas não através da execução de políticas sociais e públicas no território.

Compreendendo que esta temática pode se desdobrar em inúmeras problematizações, não teríamos condições de esgotá-las. Mas buscamos compreender como a violência vai afetar a vida dos moradores dessa localidade. Percebendo a necessidade de criar políticas, tanto de segurança pública, quanto políticas sociais que atendam as demandas dos residentes da Baixada Fluminense. Portanto, é preciso ter um olhar mais atento para a Baixada Fluminense, em que o Estado não atue somente através da coesão, truculência e violência neste território, mas passe a atuar mais efetivamente nas políticas públicas de saúde, educação, cultura e lazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo. 2016. 632 p.

CORATO, Carmen. Formação social brasileira: interface com as relações raciais. **Revista em pauta**. Rio de Janeiro, v.18, p. 38-51, 2º semestre de 2020.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática. 1992.

Schmidt, Fabiana. **Medidas socioeducativas e cultura punitiva**: o recrudescimento do controle das expressões da “questão social” no Brasil. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2017

WERMUTH, M. A. D; MARCHT, Laura Mallmann; MELLO, Letícia de. Necropolítica: racismo e política de morte no Brasil contemporâneo. **Revista de Direito da Cidade**. vol. 12. n.2, p. 1053-1082, jun 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: OMS/OPAS, 2002.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde**. Manginhos, v. IV, p.513-531. nov. 1997- fev. 1998

MINAYO, M. C. de S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2006

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

CARVALHO, Marina Vieira de. Vadiagem e criminalização: a formação da marginalidade social do Rio de Janeiro de 1888 a 1902. In: XII Encontro Regional de História, 2006, Botafogo- RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, Anpuh, 2006.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultura, 1982

FORTI, Valéria. e COELHO, Marilene. Contribuição à crítica do projeto ético-político do Serviço Social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. In: FORTI, V. GUERRA, Y (orgs). Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições a sua crítica. Rio de Janeiro. **Ed. Lumen Juris**, 2015. pp. 15-38

- FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. ed. 5. Ago/Set. 2009.
- MESQUITA NETO, Paulo. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. **Cidadania, justiça e violência**. Organizadores Dulce Pandolfi...[et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p.130-148
- NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília (DF), n.3, p. 41-49, 2001.
- MACHADO, Eduardo Paes; NORONHA, Ceci Vilar. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. **Sociologias**, Porto Alegre. n.7,jan/jun, 2002. p.188-221.
- SILVA, Lúcia Helena Pereira da. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. **Recôncavo**. n. 5, jul/dez. 2013.
- WILLEMANN, Estela Martini. Violência, clientelismo e mandonismo de longa duração: traços da formação sócio-histórica e geopolítica da Baixada Fluminense como território periférico. **Recôncavo**. n.4 jan/jul. 2013.
- ALVES, José Claudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias. APPH, CLIO. 2003
- ALBUQUERQUE, E. A. A. A. Baixada Fluminense, uma periferia por excelência. **Geografia**, Londrina- PR, v.30, n.1, p.63-83, jan. 2021.
- SILVA, Lucia. De grande Iguaçu à Baixada Fluminense: Formação econômica e urbana de uma região. In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica, 2017, Niterói-RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, ABPHE, 2017.
- LAGO, Luciana Corrêa do. A “periferia” metropolitana como lugar do trabalho: cidade-dormitório à cidade plena. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, n. 2, p.9-28, 2007.
- ALBUQUERQUE, Enderson. A promessa e a ameaça- o funcionamento da violência como ferramenta política na Baixada Fluminense. **GEOgrafia**. Niterói- RJ, vol. 22, n.48, 2020.
- CAVALCANTI, E. P. T.; GONÇALVES, K. R. A relação entre o índice de desenvolvimento e as taxas de homicídio no DF. **Ciência & Polícia**. vol. 1, n.3, jun. 2015
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar**. Boitempo. 1 ed. 2019

IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, RJ; IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 09 de set. 2023

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Ipea; FBSP, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 09 de set. 2023

BALLESTEROS, Paula Rodriguez. Gestão de políticas de segurança pública no Brasil: problemas, impasses e desafios. **Rev. bras. segur. pública**. São Paulo: v.8, n. 1, p.6-22. fev/mar 2014.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Militarização e direitos humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro/Brasil. **Fórum sociológico**. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal.

BAPTISTA, Vinicius Ferreira; SANTOS, Wanderson César dos. Territórios, políticas e manipulações: a Segurança Pública no olhar da letalidade violenta no Estado do Rio de Janeiro. **Revista política e planejamento regional**. Rio de Janeiro – vol. 8, nº 3, setembro-dezembro de 2021, p. 377-401.

CARNEIRO, Leandro Piquet. Mudança de guarda: as agendas da segurança pública no Rio de Janeiro. **Rev. bras. segur. pública**. ed. 7, ago/set. 2010.

COIMBRA, Cecilia. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro. Oficina do Autor. 2001.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 42.727 de 30 de novembro de 2010. Dispõe sobre a criação do programa UPP social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO, Decreto nº 45.186 de 17 de março de 2015. Regulamenta o programa de polícia pacificadora no Estado do Rio de Janeiro e determina outras providências.

GENI/UFF. Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos/Universidade Federal Fluminense. **Mapa histórico dos grupos armados do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: GENI/UFF, 2022.

MIAGUSKO, Edson. Esperando a UPP: circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense. **RBCS**. vol.31 n. 91, jun 2016.

FÓRUM GRITA BAIXADA. **Um Brasil dentro do Brasil pede socorro**: Relatório-denúncia sobre o descaso estatal para com a vida humana na Baixada Fluminense e possíveis soluções urgentes. ed. 2. Rio de Janeiro: Fórum Grita Baixada, 2016.

ALVES, José Cláudio Souza. Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro. In: Justiça Global (Org). **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll. 2008.

CANO, Ignacio. Seis por meia dúzia: um estudo exploratório do fenômeno das chamadas "milícias" no Rio de Janeiro. In: Justiça Global (Org). **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll. 2008.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Rev. Sociol. Polít.** Curitiba, v.19, n. 40, p.13-25. out. 2011

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA-ISP. **Grupos Vulneráveis**. Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/grupos.html>. Acesso em: 07 nov. 2023

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA-ISP. **Série Histórica: Morte por intervenção de agente do Estado**. Disponível em: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/> . Acesso em: 07 nov. 2023

HIRATA, Daniel Veloso; GRILLO, Carolina Christoph; DIRK, Renato Coelho. Operações Policiais no Rio de Janeiro (2006-2020). **Runa**. Jan/jun. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em:

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2023

Referências de Sites

BELANDI, Caio. Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012. **Agência IBGE**. 05 dez. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>. acesso em: 15 de ago. 2023.

Japeri, Queimados e Belford Roxo têm baixíssimo Índice de Desenvolvimento Humano; Desemprego e violência agravam o quadro. **Jornal Extra**, Rio de Janeiro, 04 de out. de 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/japeri-queimados-belford-roxo-tem-baixissimo-indice-de-desenvolvimento-humano-desemprego-violencia-agravam-quadro-24675695.html> acesso em: 20 de out. 2023

Morte de PM mobiliza operação com 600 agentes no litoral de SP: 'vamos para cima até pegarmos todos', diz secretário. **G1**, Santos- Sp, 28 de jul. de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2023/07/28/morte-de-pm-mobiliza-operacao-com-600-agentes-no-litoral-de-sp-vamos-para-cima-ate-pegarmos-todos-diz-secretario.ghtml> acesso em: 04 de nov. de 2023.

HONÓRIO, Gustavo; LEITE, Isabela. Operação da PM para prender suspeito de assassinar policial da Rota deixa 10 mortos em Guarujá, diz ouvidor. **G1**, 30 de jul. de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/30/operacao-para-capturar-sniper-que-assassinou-pm-no-guaruja-deixa-12-mortos-diz-ouvidoria.ghtml>. acesso em: 04 de nov. de 2023.

Ministério Público vai investigar operação da PM em Guarujá com ao menos 10 mortos. **Folha de São Paulo**, 31 de jul. de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/ministerio-publico-vai-investigar-operacao-da-pm-em-guaruja-com-ao-menos-8-mortos.shtml>. acesso em: 04 de nov. de 2023

A ocupação das Favelas do Alemão. **G1**, Rio de Janeiro: 28 de nov. de 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contra-o-crime/noticia/2010/11/ocupacao-das-favelas-do-alemao.html>. acesso em: 04 de nov. de 2023.

Menino morre após ser baleado durante tiroteio na Baixada Fluminense. **G1**, Rio de Janeiro: 17 de mar. de 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/17/adolescente-morre-apos-ser-baleado-no-pescoco-e-abdomen-na-baixada-fluminense.ghtml>. acesso em: 05 de nov. de 2023

Disputa entre tráfico e milícia em Caxias tem manhã de tiroteios, veículos incendiados e invasão a conjunto habitacional. **G1**, Rio de Janeiro: 28 de set. de 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/09/28/confronto-e-onibus-sao-incendiados-em-duque-de-caxias.ghtml>. acesso em: 05 de nov. de 2023.

MONTEIRO, Jefferson. Moradores de Queimados sofrem com tiroteios e confrontos entre criminosos; ônibus foi atingido por disparo. **G1**, Rio de Janeiro: 13 de jun de 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/06/13/moradores-de-queimados-sofr-em-com-tiroteios-e-confrontos-entre-criminosos-onibus-foi-atingido-por-disparo.ghtml>. Acesso em: 05 de nov. de 2023